

Plano de Estudos

cesec

História

Ensino Médio

Módulo II



ESCOLA DE FORMAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
DE EDUCADORES DE MINAS GERAIS

Governador do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema Neto

Vice-governador do Estado de Minas Gerais

Mateus Simões de Almeida

Secretário de Estado de Educação

Igor de Alvarenga Oliveira Icassatti Rojas

Secretária Adjunta

Fernanda de Siqueira Neves

Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica

Kellen Silva Senra

Superintendência de Políticas Pedagógicas

Rosely Lúcia de Lima

Diretoria de Modalidades de ensino e Temáticas Especiais

Fabiana Benchetrit dos Santos

Coordenação da Educação de Jovens e Adultos

Denise Jacqueline Silva Oliveira

Superintendente da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores

Graziela Santos Trindade

Diretora da Coordenadoria de Ensino da EFE

Janeth Cilene Betônico da Silva

Elaboração e construção

Professores Formadores da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores

Revisão

Equipe Pedagógica e Professores Formadores da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores

Supervisão

Juliano Alves Andrade
Silene Gelmini Araújo Veloso

Prezado Estudante,

Você está recebendo o Plano de Estudos de **HISTÓRIA - ENSINO MÉDIO - MÓDULO II**. Nele você encontrará conteúdos e propostas didáticas que o ajudarão a desenvolver habilidades fundamentais para o prosseguimento ou conclusão de seus estudos.

O material foi elaborado considerando o seu perfil, trajetória de vida, interesses, objetivos e necessidades. Neste Plano de Estudos você encontrará uma diversidade de textos, imagens, vídeos, músicas, questões, exercícios e outras propostas pedagógicas que foram elaboradas pensando em favorecer o seu processo de aprendizagem.

Você deverá desenvolver as atividades didáticas aqui propostas a partir dos suportes disponibilizados neste material e no Google Classroom. Porém, para o esclarecimento de qualquer dúvida ou para uma assessoria mais personalizada para a compreensão de conceitos ou realização das questões você pode contar com a orientação de estudos feita pelo professor orientador da aprendizagem do CESEC em que você está matriculado.

Desejamos que seus objetivos possam ser alcançados e que você continue em seu percurso escolar com sucesso.

Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

SUMÁRIO

TEMA DE ESTUDO: Tempo e Espaço.	05
TEMA DE ESTUDO: Tempo e Espaço.	19
TEMA DE ESTUDO: Tempo e Espaço.	36
TEMA DE ESTUDO: Territórios e Fronteiras	57
TEMA DE ESTUDO: Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética	69
TEMA DE ESTUDO: Política e Trabalho	89
REFERÊNCIAS	96

MODULO NÚMERO II DE ESTUDO CESEC

Referência: Ensino Médio

Ano Letivo: 2025

Área de Conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Componente Curricular: História

PLANO DE ESTUDOS

Habilidades:

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

Unidade Temática:

- Tempo e Espaço.

Objetos de Conhecimento:

- Expansão territorial brasileira e as expedições oficiais.
- Africanos no Brasil: cultura resistência e escravidão.
- Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil (1808).
- Governo de D. João VI no Brasil.
- Revolução Liberal do Porto e o retorno de D. João VI a Portugal.

Olá, estudante!

Neste plano de estudos iremos aprender sobre a expansão territorial brasileira e as expedições oficiais; sobre os africanos no Brasil: cultura resistência e escravidão. Compreenderemos a Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil (1808) e o governo de D. João VI no Brasil. Enquanto isso, em Portugal, a Revolução Liberal do Porto e o retorno de D. João VI a Portugal.

Bons estudos!

Entradas e bandeiras

"As expedições denominadas entradas e bandeiras tiveram como objetivo a captura de índios para o trabalho escravo e a procura por metais preciosos, como ouro, prata e diamante. Logo após a crise do açúcar, iniciada em meados do século XVI, tanto a Coroa portuguesa como particulares organizaram expedições para explorar outros tipos de riqueza no interior da colônia.

A descoberta de metais preciosos nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso iniciou o povoamento delas e as disputas pelas minas, provocando conflitos armados e a imediata intervenção portuguesa para organizar o fluxo de pessoas no local, mas também obter lucros com a mineração.

O que foram as entradas e bandeiras?

Entradas e bandeiras foram expedições realizadas no século XVIII, em direção ao interior do Brasil, com o objetivo de encontrar metais preciosos e aprisionar índios para serem mão de obra escrava. As diferenças entre as duas expedições são:

- as entradas foram financiadas pela Coroa portuguesa e tiveram como ponto de partida o litoral;
- as bandeiras foram expedições particulares saídas de São Paulo.

A importância das entradas e bandeiras para o Brasil

Até o século XVII, a maioria dos colonos que moravam no Brasil esteve concentrada no litoral por causa do comércio açucareiro. Com a crise dessa atividade comercial, foi preciso encontrar outras fontes de riqueza. As entradas e bandeiras foram expedições que iniciaram a ocupação do interior do Brasil. Quando as primeiras minas de ouro foram descobertas, a notícia espalhou-se rapidamente. Milhares de forasteiros vindos de outras regiões do Brasil e de Portugal chegaram a Minas Gerais para enriquecerem-se rapidamente com os metais preciosos.

O êxito na mineração provocou mudanças na administração da colônia. A capital foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, que estava próximo da região de Minas, o que facilitava a fiscalização por parte da Coroa bem como o escoamento da produção aurífera para o porto da nova capital em direção a Portugal. O sertão brasileiro começou a ser povoado e, próximo das minas, surgiram as primeiras cidades, como Mariana, Ouro Preto, Pirenópolis, Cidade de Goiás.

O somatório entre o grande número de pessoas explorando os metais preciosos e a forte fiscalização do rei para que o imposto fosse pago em dia despertaram os primeiros movimentos contra a presença portuguesa no Brasil.

As notícias vindas da Europa a respeito do movimento iluminista, que pregou o liberalismo político e econômico, a independência dos Estados Unidos, em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789, foram motivos de discussões sobre a urgência em romper-se os laços com Portugal e os próprios brasileiros explorarem o seu território. O deslocamento do eixo econômico do Nordeste para a região Centro-Sul do Brasil trouxe mudanças que refletiriam na independência, em 1822."

HIGA, C. "Entradas e bandeiras", 2024.

Imagem 1: Estátua de Borba Gato em São Paulo



Fonte: HIGA, 2024

Escravidão no Brasil: formas de resistência

"A resistência dos escravos foi uma resposta à escravidão que foi uma instituição presente na história do Brasil ao longo de mais de 300 anos. A sociedade brasileira foi construída pela utilização dos trabalhadores escravos, indígenas ou africanos. A escravidão no Brasil foi uma instituição vil e cruel que explorava brutalmente o trabalho de indígenas e africanos.

No caso dos africanos, a escravidão os removeu de sua terra nativa e os enviou a milhares de quilômetros de distância para uma terra distante, com idioma, religião e culturas diferentes das deles. Foi nesse contexto que milhares de africanos foram sequestrados e transportados em péssimas condições para serem escravizados no Brasil. Se quiser saber mais sobre isso,"

Os africanos foram utilizados em trabalhos domésticos e urbanos, mas, sobretudo, foram utilizados na lavoura, principalmente, no cultivo da cana-de-açúcar e também nas minas, quando foram descobertos metais e pedras preciosas em Minas Gerais, Cuiabá e Goiás.

Engana-se, porém, quem acredita que os africanos foram escravizados passivamente, pois, apesar da falta de registro, os historiadores sabem que inúmeras formas de resistência dos escravos foram desenvolvidas. Neste texto, o enfoque será nas diversas formas de resistência utilizadas pelos escravos africanos, ao longo dos séculos XVI ao XIX.

Resistência à escravidão

A resistência à escravidão por meio das revoltas, conforme pontua o historiador João José Reis, não visava, exclusivamente, a acabar com o regime de escravidão, mas, dentro do cotidiano dos escravos, poderia ser utilizada como instrumento de barganha. Sendo assim, essas revoltas dos escravos buscavam, muitas vezes, corrigir excessos de tirania dos senhores, diminuir o nível de opressão ou punir feitores excessivamente cruéis.

Muitas pessoas têm uma imagem de que os escravos africanos aceitavam a escravização de maneira passiva, mas os historiadores nos contam que a história foi bem diferente e os escravos organizaram-se de diferentes maneiras para colocar limites à violência a que eram submetidos no seu cotidiano.

Entre as diferentes formas de resistência dos escravos podem ser mencionadas as fugas coletivas, ou individuais, as revoltas contra feitores e seus senhores (que poderia ou não ter o assassinato desses), a recusa em trabalhar, a execução do trabalho de maneira inadequada, criação de quilombos e mocambos etc.

A resistência contra a escravidão já começava no embarque dos africanos nos navios negreiros. O risco de revoltas dos africanos nos navios negreiros era tão alto que os traficantes de escravos diminuían, deliberadamente, as porções de comida para reduzir as possibilidades de revoltas, que aconteciam, geralmente, quando o navio estava próximo da costa.

As revoltas dos africanos nos navios negreiros eram tão comuns que os traficantes tinham na tripulação do navio intérpretes que falavam os idiomas dos africanos e poderiam alertar em caso de possibilidade de revolta dos aprisionados. As revoltas, porém, não se resumiam apenas aos navios negreiros. Aqui no Brasil, inúmeras revoltas aconteceram, conforme veremos.

Os historiadores costumam apontar que os escravos africanos eram mais combativos que os escravos crioulos (nascidos no Brasil), porque muitos dos africanos vinham de povos que tinham um grande histórico recente de envolvimento com o combate e a guerra. Esse foi o caso de nagôs e haussás. Apesar disso, os escravos crioulos também se rebelavam e, ao longo de nossa história, existem inúmeros exemplos disso.

Entre os exemplos de revoltas violentas que aconteceram, pode ser mencionada uma revolta que aconteceria na Bahia em 1807, mas que foi sufocada antes de se iniciar. Essa revolta foi descoberta em maio de 1807, e os escravos que se rebelariam planejavam dominar a cidade de Salvador. Além disso, entre os planos dos escravos constava o ataque a igrejas católicas e destruição de imagens dos santos.

Essa revolta foi planejada por escravos haussás que também planejavam instaurar um líder muçulmano no poder. Também na Bahia, em 1814, outra revolta violenta foi realizada pelos africanos, na qual os revoltosos reunidos em um quilombo foram para as fazendas na região reunir-se com escravos que estavam os esperando. Depois, passaram a destruir tudo o que encontravam pelo caminho, incluindo uma vila chamada Itapuã. Acabaram sendo reprimidos, posteriormente, e alguns dos envolvidos foram executados.

Outra revolta que estava sendo organizada pelos escravos, mas que acabou sendo descoberta e duramente reprimida, foi a que ocorreu em Campinas, em 1832. Na ocasião, as autoridades descobriram que uma grande revolta de escravos estava para acontecer em 15 grandes propriedades da região. Nessa revolta, os escravos planejavam matar os seus senhores para conquistarem a sua liberdade.

Fugas

As fugas eram uma outra estratégia utilizada pelos escravos e poderiam ser individuais e coletivas. As fugas individuais eram mais complicadas, porque

aquele que a realizasse só conseguiria ter sucesso caso se embrenhasse no mato e lá sobrevivesse.

Muitos procuravam alcançar grandes quilombos estabelecidos. As fugas individuais tornaram-se uma estratégia comum no século XIX, como as fugas dos escravos eram constantes, eles se instalavam em grandes cidades – como Salvador – e passavam-se por libertos.

As fugas foram uma estratégia de resistência muito comum nas décadas de 1870 e 1880, por conta do fortalecimento do movimento abolicionista. Os escravos sentiam-se motivados a fugir e muitas vezes eram de fatos incentivados por outros escravos que haviam fugido ou por integrantes de associações abolicionistas, que davam suporte para escravos que fugiam.

O historiador Walter Fraga afirma que, na década de 1870, intensificaram as fugas com o objetivo de acionar as autoridades para mediar conflitos com seus senhores. Walter Fraga cita que nessas fugas os escravos “recorriam às autoridades policiais para pedir proteção nas disputas judiciais, interditar a venda [...] de parentes, mediar conflitos com os senhores e denunciar maus-tratos”.

Os escravos que fugiam e mudavam-se para as cidades tinham como objetivo camuflar-se em meio à população negra presente e buscavam encontrar todo tipo de emprego que fosse possível de ser executado.

Quilombos

Outra forma de resistência dos escravos foi com a formação de quilombos e mocambos. As duas palavras têm origem em idiomas africanos. Mocambo significa “esconderijo”, enquanto que quilombo era utilizado para se referir a um acampamento militarizado. Essa estrutura surgiu no Brasil, em meados do século XVI, e se popularizou depois do Quilombo dos Palmares.

O primeiro quilombo registrado, conforme afirma o historiador Flávio dos Santos Gomes, surgiu em 1575 na Bahia. Na visão dos portugueses e colonos, os quilombos eram basicamente agrupamentos que reuniam escravos fugidos. Os quilombos mantinham relações comerciais importantes com outros quilombos e também com pessoas livres.

Existiam quilombos que sobreviviam do que era cultivado e do que era retirado das matas, enquanto que outros optavam por sobreviver de assaltos e ataques contra a população livre em estradas ou realizando ataque contra engenhos. Os quilombos desenvolviam-se em locais isolados e de difícil acesso, e grande parte dos membros de um quilombo eram escravos fugidos de uma mesma região ou de um mesmo senhor.

Alguns quilombos de destaque na história do Brasil foram o Quilombo dos Palmares, Quilombo do Jabaquara, Quilombo Buraco do Tatu, Quilombo do Leblon. O Quilombo dos Palmares foi o maior quilombo da história da resistência à escravidão no Brasil e chegou a contar com 20 mil habitantes. Foram realizados ataques contra esse quilombo, ao longo de todo o século XVII, e o último ataque, realizado em 1694, colocou fim a esse quilombo.

Os quilombos causavam grande temor nas autoridades coloniais e, por isso, foram duramente reprimidos. O caso do Quilombo dos Palmares, novamente, foi simbólico, porque mobilizou portugueses e holandeses (no período em que se instalaram em Pernambuco), mas resistiu durante décadas.

Outras formas de resistência

A resistência dos escravos contra sua escravização não se resumia apenas nas formas abordadas no texto, mas também incluíam suicídios, abortos (para impedir que seus filhos fossem escravizados) e a simples desobediência. No caso da desobediência, Walter Fraga menciona dois casos do final do século XIX que valem ser destacados:

1. No Engenho Benfica, na Bahia, os escravos do conde Subaé recusaram-se a obedecer às ordens do feitor para que realizassem a limpeza da plantação de cana. Os escravos recusaram-se a trabalhar durante três dias seguidos – mesmo sendo punidos com castigos físicos.
2. No Engenho de São Bento de Inhatá, também na Bahia, os escravos rebelaram-se contra o feitor após ele exigir que trabalhassem no domingo (dia do descanso). Na confusão, um dos escravos e o feitor morreram."

SILVA, Daniel N., "Escravidão no Brasil: formas de resistência", 2024.

Imagem 2: Uma das formas de resistência dos escravos eram as revoltas nos engenhos e fazendas onde trabalhavam, que visavam à liberdade ou um tratamento digno.



Fonte: (Brasil Escola, 2024)

A transferência da corte portuguesa para o Brasil

"A vinda da família real para o Brasil deu-se na passagem de 1807 para 1808 e foi resultado da guerra travada entre França e Reino Unido durante o período napoleônico. A transferência da corte ocorreu pela recusa de Portugal em obedecer as ordens da França e aderir ao Bloqueio Continental, instituído com o objetivo de prejudicar os ingleses, em 1806.

Com isso, o regente de Portugal, d. João, filho de d. Maria I, decidiu transferir toda a corte para o Brasil. Assim, o poder português instalou-se no Rio de Janeiro, resultando em transformações que tiveram influência fundamental no desencadeamento do processo de independência do Brasil, alguns anos depois.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil tem relação direta com os acontecimentos da Revolução Francesa e do período napoleônico. Desde o início da revolução, a existência dos regimes absolutistas na Europa foi severamente ameaçada. Após 10 anos do levante, Napoleão Bonaparte surgiu como governante da França.

Os acontecimentos da revolução reforçaram severamente a rivalidade entre França e Inglaterra na Europa, e isso se refletiu diretamente na relação de Portugal com esses dois países. Internamente, uma divisão muito grande instalou-se em Portugal, uns defendendo que o país se aproximasse da França, e outros defendendo a boa relação, estabelecida havia séculos, com o Reino Unido.

Portugal, ainda no período revolucionário, assinou um acordo de proteção militar com os ingleses, mas, ainda assim, buscava manter publicamente uma posição neutra, de forma a não desagradar nenhuma das nações. Na medida em que a tensão crescia, o que d. João fez como medida cautelar foi reforçar as defesas do país na fronteira com a Espanha, entre 1804 e 1807, segundo pontuam as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloísa Starling[1].

A ascensão de Napoleão Bonaparte só contribuiu para que a situação agravasse-se, pois o ímpeto expansionista e o desejo de reformular o mapa europeu do general reforçaram a polarização do continente. O regente, d. João (que só se tornou d. João VI em 1816), como mencionado, era constantemente pressionado, pelos apoiadores de franceses e ingleses, a tomar partido.

Viagem da corte portuguesa

O embarque da corte portuguesa aconteceu entre os dias 25 e 27 de novembro de 1807. Em meio aos preparativos, o governo português realizou a transferência das instituições que administravam o país, portanto, tratava-se de uma missão muito grande para tão poucos dias. Nessa transferência, todas as pessoas que possuísem algum papel no governo mudaram-se para o Rio de Janeiro com suas famílias.

As naus portuguesas que fizeram a transferência da corte reuniram de 10 mil a 15 mil pessoas, segundo os levantamentos feitos por diferentes historiadores. Lilia Schwarcz e Heloísa Starling dão a real dimensão do que foi essa vinda para o Brasil: “não eram indivíduos isolados que fugiam às pressas, e sim a sede do Estado português que mudava de endereço, com seu aparelho administrativo e burocrático, seu tesouro, suas repartições, secretarias, tribunais, arquivos e funcionários”[3].

O regente de Portugal autorizou todos os seus súditos a mudarem-se para o Brasil, caso desejassem, mas se não houvesse espaço nas embarcações da corte, eles deveriam procurar meios próprios de vir para o Brasil. Todos os preparativos da mudança foram realizados às pressas, e, por isso, houve correria e pânico. Muita coisa que deveria ter embarcado foi deixada para trás, e os navios, abarrotados de gente, não tinham suprimentos suficientes para todos.

As embarcações portuguesas iniciaram a viagem para o Brasil no dia 29 de novembro de 1807, e, em alto-mar, encontraram-se com as quatro embarcações inglesas, que as escoltaram até o Brasil. Acredita-se que as embarcações que vieram ao nosso país trazendo a corte eram cerca de 15 (há desencontro nas informações). No fim do dia 29, as tropas francesas entravam em Lisboa e eram formadas por cerca de seis mil soldados.

Os problemas na viagem foram muitos. A citada superlotação fez com que alimentos e água fossem racionados; não havia dormitórios e camas para todos, e os problemas de higiene era muitos. Estes resultaram em um surto de piolhos que forçou as mulheres rasparem seus cabelos.

A viagem da corte portuguesa estendeu-se por 54 dias, e, no dia 22 de janeiro de 1808, a embarcação de d. João chegou a Salvador. Da antiga capital do Brasil, d. João já tomou a primeira medida que mudaria o curso da história brasileira: ele decretou a abertura dos portos às nações amigas, no dia 28 de janeiro.

Depois de uma breve estadia em Salvador, d. João foi para o Rio de Janeiro, chegando lá no dia 8 de março. As outras embarcações foram chegando nos dias seguintes (uma tempestade havia separado elas). A chegada da corte ao Brasil inaugurou o Período Joanino, durante o qual d. João esteve no Brasil. A abertura dos portos foi apenas a primeira de várias medidas tomadas pelo regente português e que mudaram radicalmente a história brasileira."

SILVA, Daniel Neves. "Vinda da família real para o Brasil",2024.

A Revolução Liberal do Porto

A Revolução Liberal do Porto foi um movimento ocorrido em 1820, na cidade do Porto, em Portugal. Entre várias reivindicações, os integrantes exigiam a promulgação de uma Constituição e a volta da Corte portuguesa que se encontrava no Brasil.

Volta de Dom João VI a Portugal

Imagem 3: Desembarque d'El Rei Dom João VI, acompanhado por uma deputação das Cortes, na magnífica Praça do Terreiro do Paço em 4 de julho de 1821, regressando do Brasil



Fonte: (Toda Matéria,2024)

A Família Real Portuguesa, em 1808, havia se deslocado para sua colônia na América devido às invasões napoleônicas. Entretanto, o imperador francês já tinha sido derrotado na Batalha de Waterloo e não representava mais nenhuma ameaça aos países europeus.

Durante o Congresso de Viena, os representantes dos governos europeus se recusavam a acatar os pedidos dos embaixadores portugueses. Eles afirmavam que Rei português não teria direito a voz na assembleia porque governava o Reino a partir de uma colônia.

A fim de acalmar os ânimos, Dom João VI, em 1816 eleva o Brasil à categoria de Reino Unido. Juridicamente, o território deixa de ser colônia para fazer parte do Reino, com o mesmo estatuto jurídico que Portugal.

Por outro lado, isso significava que os comerciantes portugueses perderam o monopólio comercial com a colônia. Desta maneira, os nascidos no Brasil, poderiam comercializar com a metrópole de igual maneira.

Revolução do Porto

Os britânicos haviam assumido a regência de Portugal enquanto Dom João VI estava ausente. Quando Napoleão foi derrotado muitos portugueses pensaram que o rei voltaria em pouco tempo.

No entanto, Dom João VI adiava sua volta, desejoso de permanecer naquela terra que o fizera rei. Alguns estudiosos apontam que ali, o monarca se sentia livre das pressões da Corte e das potências europeias.

Seja como for, em 1817, um grupo de maçons e de oficiais do Exército, se rebela em Lisboa declarando-se contrário a ocupação britânica em Portugal e se autoproclamam regentes do Reino. O movimento foi denunciado e seus integrantes condenados à morte.

Na cidade do Porto, outro grupo insatisfeito com a permanência da Corte no Brasil, constitui a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. Estava integrada por membros do clero, da nobreza e do Exército e representantes das cidades do norte de Portugal.

Redigiram um "Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa" onde reafirmava a fidelidade ao Rei, mas exigiam a promulgação de uma Constituição que limitasse o poder do soberano. Também queriam a volta do Brasil à condição de Colônia e a restauração do monopólio comercial português.

Outras cidades aderem ao movimento e em 28 de setembro são convocadas as eleições para formar a Corte Constituinte. Em janeiro de 1821, as Cortes

portuguesas se reúnem para elaborar o documento. Enquanto isso, Dom João VI volta a Portugal com parte da sua família e da nobreza que o acompanhou.

O filho mais velho, Dom Pedro, ficaria no Brasil, como Príncipe-Regente. Esta, talvez, tenha sido a última grande jogada política de Dom João VI, pois deixando o filho ali, ele alimentava a esperança de manter unidos os laços entre Portugal e Brasil.

Consequências da Revolução do Porto

- Volta da Corte portuguesa para o Brasil,
- elaboração e promulgação da primeira Constituição portuguesa,
- fim do Estado Absolutista em Portugal,
- articulação da elite brasileira em torno de Dom Pedro, que faria a Independência do Brasil.”

BEZERRA, J. “Primeiro Reinado”, 2024.

ATIVIDADES

1. "As entradas e bandeiras foram expedições que adentraram no sertão brasileiro em busca de:

- A) metais preciosos e índios para mão de obra escrava.
- B) vingança contra a invasão holandesa.
- C) fundar cidades no interior do Brasil, atraindo pessoas para essas regiões.
- D) catequizar os índios após a expulsão dos jesuítas.

2. Sobre as bandeiras de contrato, pode-se afirmar que:

- A) eram expedições em direção ao Norte do Brasil, para explorar as drogas do sertão.
- B) perseguiram os escravos que fugiram das fazendas e destruíram os quilombos.
- C) reforçaram, no litoral brasileiro, a segurança contra as invasões estrangeiras.
- D) aumentaram o contingente do Exército na luta contra o Paraguai.

3. (UFMG) – "Restituídas as capitanias de Pernambuco ao domínio de Sua Majestade, livres já dos inimigos que de fora as vieram conquistar, sendo poderosas as nossas armas para sacudir o inimigo, que tantos anos nos oprimiu, nunca foram capazes para destruir o contrário, que das portas adentro nos infestou, não sendo menores os danos destes do que tinham sido as hostilidades daqueles."

("Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do Governador D. Pedro de Almeida, de 1675 a 1678", citado por CARNEIRO, Edson. Quilombo dos Palmares. 2.ed. São Paulo: CEN, Col. Brasiliana, 1958. v.302.)

O texto faz referência tanto às invasões holandesas ("... dos inimigos que de fora as vieram conquistar") quanto ao quilombo de Palmares ("... o contrário, que das portas adentro nos infestou"). O quilombo de Palmares, núcleo de rebeldia escrava no Nordeste brasileiro, alcançou considerável crescimento durante o período de ocupação holandesa em Pernambuco. Mesmo após a expulsão dos invasores estrangeiros pela população local, o quilombo resistiu a inúmeros ataques de tropas governistas.

A) Apresente uma razão para a ocupação holandesa do Nordeste brasileiro.

B) Explique, com base em um argumento, a longa duração de Palmares.

4. Sobre o texto: A transferência da Família real para o Brasil, responda:

A) Qual o real motivo da vinda da família real?

B) O que foi o Bloqueio Continental?

C) Descreva a viagem feita para o Brasil.

PLANO DE ESTUDOS

Habilidades:

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

Unidade Temática:

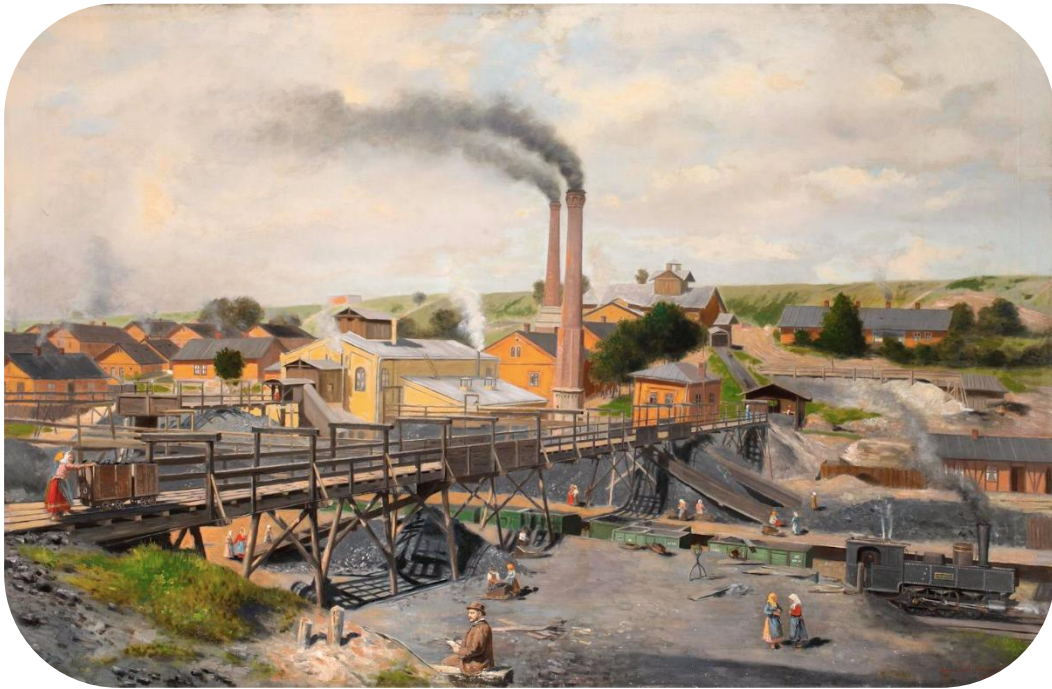
- Tempo e Espaço.

Objetos de Conhecimento:

- Revolução Industrial.
- A independência dos Estados Unidos.
- A Revolução Francesa e Era Napoleônica.
- Segunda Revolução Industrial e doutrinas sociais do século XIX.
- Imperialismo: o colonialismo do século XIX.

Olá, estudante!

Neste plano de estudos iremos aprender sobre o contexto da Revolução Industrial e a A independência dos Estados Unidos. Sobre a Revolução Francesa e a Era Napoleônica. Iremos contextualizar a Segunda Revolução Industrial e doutrinas sociais do século XIX e o Imperialismo: o colonialismo do século XIX.



Fonte: (Brasil Escola, 2024)

Revolução Industrial

"A Revolução Industrial foi o período de grande desenvolvimento tecnológico que teve início na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII e que se espalhou pelo mundo, causando grandes transformações. Ela garantiu o surgimento da indústria e consolidou o processo de formação do capitalismo.

Essa revolução foi iniciada de maneira pioneira na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XVIII, e atribui-se esse pioneirismo a essa nação pelo fato de que foi lá que surgiu a primeira máquina a vapor, em 1698, construída por Thomas Newcomen e aperfeiçoada por James Watt, em 1765. O historiador Eric Hobsbawm, inclusive, acredita que a Revolução Industrial só foi iniciada de fato na década de 1780.

Causas da Revolução Industrial e o pioneirismo inglês

A Revolução Industrial despontou pioneiramente, na segunda metade do século XVIII, na Inglaterra e gradativamente foi espalhando-se pela Europa e, em seguida, para todo o mundo. Mas por que necessariamente isso ocorreu na Inglaterra? A resposta para isso é encontrada um pouco no acaso e um pouco na própria história inglesa.

Primeiramente, é importante estabelecer que o desenvolvimento tecnológico e industrial na Inglaterra foi possível porque a burguesia se estabeleceu como classe e garantiu o desenvolvimento da economia inglesa na direção

do capitalismo. Isso aconteceu no século XVII, com a Revolução Gloriosa.

"A Revolução Gloriosa aconteceu em 1688 e consolidou o fim da monarquia absolutista na Inglaterra (que já vinha enfraquecida desde a Revolução Puritana, na década de 1640). Com isso, a Inglaterra transformou-se em uma monarquia constitucional parlamentarista, na qual o poder do rei não estava acima do Parlamento nem da Constituição — no caso da Inglaterra, da Declaração de Direitos (Bill of Rights).

Assim, a burguesia conseguiu consolidar-se enquanto classe e governar de maneira a atender aos seus interesses econômicos. Um acontecimento fundamental para o desenvolvimento do comércio inglês ocorreu entre as duas revoluções do século XVII citadas acima. Em 1651, Oliver Cromwell decretou os Atos de Navegação, lei que determinava que mercadorias compradas ou vendidas pela Inglaterra somente seriam transportadas por embarcações inglesas.

Essa lei foi fundamental, pois protegeu o comércio, enfraqueceu a concorrência dos ingleses e garantiu que os navios ingleses controlassem as rotas comerciais marítimas. Isso enriqueceu a burguesia inglesa e permitiu-lhes acumular capital. Esse capital foi utilizado no desenvolvimento de máquinas e na instalação das indústrias.

Mas não bastava somente excedente de capital para garantir o desenvolvimento industrial. Eram necessários trabalhadores, e a Inglaterra do século XVIII tinha mão de obra excedente. Isso está relacionado com os cercamentos que aconteciam na Inglaterra e que se intensificaram a partir do século XVII.

Os cercamentos aconteciam por força da Lei dos Cercamentos (Enclosure Acts), lei inglesa que permitia que as terras comuns fossem cercadas e transformadas em pasto. As terras comuns eram parte do sistema feudal, que estipulava determinadas áreas para serem ocupadas e cultivadas pelos camponeses.

Com os cercamentos, os camponeses que habitavam essas terras foram expulsos, e as terras foram transformadas em pasto para a criação de ovelhas. A criação de ovelhas era o que fornecia a lã utilizada em larga escala na produção têxtil do país. Os camponeses expulsos de suas terras e sem ter para onde ir mudaram-se para as grandes cidades.

Sem nenhum tipo de qualificação, esses camponeses se viram obrigados a trabalhar nos únicos locais que forneciam empregos — as indústrias. Assim, as indústrias que se desenvolviam na Inglaterra tinham mão de obra excedente. Isso garantia aos patrões poder de barganha, pois poderiam forçar os

trabalhadores a aceitarem salários de fome por uma jornada diária exaustiva.

A adesão dos trabalhadores às indústrias ocorreu de maneira massiva também por uma lei inglesa que proibia às pessoas a “vadiagem”. Assim, pessoas que fossem pegas vagando pelas ruas sem emprego poderiam ser punidas com castigos físicos e até mesmo com a morte, caso fossem reincidentes.

Por último, destaca-se que o acaso e o fortuito também contribuíram para que a Inglaterra despontasse pioneiramente. O desenvolvimento das máquinas e das indústrias apenas ocorreu porque a Inglaterra tinha grandes reservas dos dois materiais essenciais para isso: o carvão e o ferro. Com reservas de carvão e ferro abundantes, a Inglaterra pôde desenvolver sua indústria desenfreadamente.

Fases da Revolução Industrial

A Revolução Industrial corresponde às modificações econômicas e tecnológicas que consolidaram o sistema capitalista e permitiram o surgimento de novas formas de organização da sociedade. As transformações tecnológicas, econômicas e sociais vividas na Europa Ocidental, inicialmente limitadas à Inglaterra, em meados do século XVIII, tiveram diversos desdobramentos, os quais podemos chamar de fases. Essas fases correspondem ao processo evolutivo das tecnologias desenvolvidas e as consequentes mudanças socioeconômicas. São elas:

- Primeira Revolução Industrial;
- Segunda Revolução Industrial;
- Terceira Revolução Industrial.

Primeira Revolução Industrial

A Primeira Revolução Industrial refere-se ao processo de evolução tecnológica vivido a partir do século XVIII na Europa Ocidental, entre 1760 e 1850, estabelecendo uma nova relação entre a sociedade e o meio e possibilitando a existência de novas formas de produção que transformaram o setor industrial, dando início a um novo padrão de consumo. Essa fase é marcada especialmente pela:

- substituição da energia produzida pelo homem por energias como a vapor, eólica e hidráulica;
- substituição da produção artesanal (manufatura) pela indústria (maquinofatura);
- existência de novas relações de trabalho.

- as principais invenções dessa fase que modificaram todo o cenário vivido na época foram:
- utilização do carvão como fonte de energia;
- consequente desenvolvimento da máquina a vapor e da locomotiva;
- desenvolvimento do telégrafo, um dos primeiros meios de comunicação quase instantânea.

A produção modificou-se, diminuindo o tempo e aumentando a produtividade; as invenções possibilitaram o melhor escoamento de matérias-primas, bem como de consumidores, e também favoreceram a distribuição dos bens produzidos. Para saber mais sobre essa fase, clique [aqui](#).

Segunda Revolução Industrial

Imagem 2: O petróleo passou a ser utilizado na Segunda Revolução Industrial como fonte de energia para o motor à combustão.



Fonte: (Brasil Escola, 2024)

A Segunda Revolução Industrial refere-se ao período entre a segunda metade do século XIX e meados do século XX, tendo seu fim durante a Segunda Guerra Mundial. A industrialização avançou os limites geográficos da Europa Ocidental, espalhando-se por países como Estados Unidos, Japão e demais países da Europa.

Compreende a fase de avanços tecnológicos ainda maiores que os vivenciados na primeira fase, bem como o aperfeiçoamento de tecnologias já existentes. O mundo pôde vivenciar diversas novas criações, que aumentaram ainda mais a produtividade e, consequentemente, os lucros das indústrias.

Houve nesse período, também, grande incentivo às pesquisas, especialmente no campo da medicina.

As principais invenções dessa fase estão associadas ao uso do petróleo como fonte de energia, utilizado na nova invenção: o motor à combustão. A eletricidade, que antes era utilizada apenas para desenvolvimento de pesquisas em laboratórios, nesse período começou a ser usada para o funcionamento de motores, com destaque para os motores elétricos e à explosão. O ferro, que antes era largamente utilizado, passou a ser substituído pelo aço."

SILVA, Daniel Neves. "Revolução Industrial: o que foi, resumo, fases", 2024

Independência dos Estados Unidos

"A Independência dos Estados Unidos foi declarada no dia 4 de julho de 1776 e colocou fim ao vínculo colonial que existia entre as Treze Colônias (nome pelo qual a região era conhecida nesse período) e a Inglaterra. Com essa conquista, os Estados Unidos transformaram-se na primeira nação do continente americano a ter sua independência.

A nova nação que surgiu foi construída em um modelo republicano e federalista e inspirada pelos ideais iluministas que defendiam as liberdades individuais e o livre comércio, por exemplo. De toda forma, a Independência dos EUA foi encabeçada pela elite colonial, insatisfeita com a forma como a Inglaterra tratava os colonos.

A Independência dos EUA e o modelo de nação desenvolvido pelos norte-americanos no século XVIII serviram de inspiração para outras nações do continente americano. A República instaurada no Brasil, a partir de 1889, por exemplo, inspirou-se claramente no modelo norte-americano."

Causas da Independência dos Estados Unidos

A Independência dos EUA foi resultado direto da divergência de interesses que existia entre a metrópole (Inglaterra) e as Treze Colônias. Na segunda metade do século XVIII, a política da Inglaterra em relação às Treze Colônias alterou-se drasticamente, e isso desagradou aos colonos, motivando-os a rebelarem-se contra a Inglaterra.

O primeiro ponto relevante a ser abordado é que, durante o século XVII, a Inglaterra havia deixado de ser uma monarquia absolutista, tornando-se uma monarquia parlamentar constitucionalista, na qual a burguesia, por meio do Parlamento, controlava o país. Com o advento da Revolução Indus-

trial, essa burguesia tinha interesse na expansão da indústria e por isso buscava novas fontes de matérias-primas e novos mercados consumidores.

As colônias da Inglaterra, naturalmente, foram enxergadas como “fontes para alimentar o processo industrial inglês”, conforme definiu o historiador Leandro Karnal.[1] Além disso, ao longo do século XVIII, a Inglaterra envolveu-se em uma série de conflitos que aumentaram o peso dos impostos para os colonos.

Ao longo do século XVIII, a Inglaterra envolveu-se nas seguintes guerras: Guerra da Liga de Augsburg, Guerra da Secessão Espanhola, Guerra da “Orelha de Jenkins”, Guerra do Rei Jorge, Guerra Franco-Índia e Guerra dos Sete Anos. A soma desses conflitos, para a Inglaterra, foi positiva, pois esses contribuíram para enfraquecer a França na América e aumentaram as posses territoriais dos ingleses.”

SILVA, Daniel Neves. "Independência dos Estados Unidos" 2024.

Revolução Francesa (1789 - 1799)

“A Revolução Francesa, iniciada no dia 17 de junho de 1789, foi um movimento impulsionado pela burguesia e contou com a participação dos camponeses e das classes urbanas que viviam na miséria.

Em 14 de julho de 1789, os parisienses tomaram a prisão da Bastilha desencadeando profundas mudanças no governo francês.

Contexto histórico

No final do século XVIII, a França era um país agrário, com a produção estruturada no modelo feudal. Isso significava que existiam impostos e licenças que só eram válidos para determinadas regiões. O poder político estava concentrado no rei e num pequeno número de auxiliares.

Por isso, para a burguesia e parte da nobreza era preciso acabar com o poder absoluto do rei Luís XVI.

Enquanto isso, do outro lado do Canal da Mancha, a Inglaterra, sua rival, desenvolvia o processo de Revolução Industrial.

Causas da Revolução Francesa

A burguesia francesa, preocupada em desenvolver a indústria no país, queria acabar com as barreiras que restringiam a liberdade de comércio internacional. Desta forma, era preciso que se adotasse na França, segundo a burguesia, o liberalismo econômico.

A burguesia exigia também a garantia de seus direitos políticos, pois era ela quem sustentava o Estado, posto que o clero e a nobreza estavam livres de pagar impostos.

Apesar de ser a classe social economicamente dominante, sua posição política e jurídica era limitada.

Fases da Revolução Francesa

Para fins de estudo, a Revolução Francesa é dividida em três fases:

- Monarquia Constitucional (1789-1792);
- Convenção Nacional (1792-1795);
- Diretório (1795-1799).

1ª fase: Monarquia constitucional (1789-1792)

No dia 26 de agosto de 1789 foi aprovada pela Assembleia a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Esta Declaração assegurava os princípios da liberdade, da igualdade, da fraternidade (“Liberté, égalité, fraternité” - lema da Revolução), além do direito à propriedade.

A recusa do rei Luís XVI em aprovar a Declaração provocam novas manifestações populares. Os bens do clero foram confiscados e muitos padres e nobres fugiram para outros países. A instabilidade na França era grande.

A Constituição ficou pronta em setembro de 1791. Dentre os artigos podemos destacar:

- o governo foi transformado em monarquia constitucional;
- o poder executivo caberia ao rei, limitado pelo legislativo, constituído pela Assembleia;
- os deputados teriam mandato de dois anos;
- instituído o voto censitário (só seria eleitor quem tivesse uma renda mínima);
- suprimiram-se os privilégios e as antigas ordens sociais;
- confirmaram-se a abolição da servidão e a nacionalização dos bens eclesiásticos;
- manteve-se a escravidão nas colônias.

2ª fase: Convenção Nacional (1792-1795)

A Assembleia Legislativa foi substituída, através do sufrágio universal masculino, pela Convenção Nacional, que aboliu monarquia e implantou a República. Os jacobinos eram a maioria neste novo parlamento.

O rei Luís XVI foi julgado e sentenciado culpado por traição, sendo condenado à morte por guilhotina e executado em janeiro de 1793. Meses depois, a rainha Maria Antonieta teria o mesmo destino.

Internamente, as opiniões divergentes de como deveriam ser conduzida a revolução, começavam a provocar divisão entre os próprios revolucionários. Existiam basicamente dois grupos:

Os girondinos - representantes da alta burguesia, defendiam posições moderadas e a monarquia constitucional.

Por sua parte, os jacobinos - representantes da média e da pequena burguesia, constituía o partido mais radical, sob a liderança de Maximilien Robespierre. Queriam a instalação de uma república e um governo popular.

O Terror (1793-1794)

Dentro do período da Convenção Nacional existe um ano extremamente violento, onde as pessoas suspeitas de serem contrarrevolucionárias eram condenadas à guilhotina. Este período ficou conhecido como "terror".

Isto foi possível graças a aprovação da Lei dos Suspeitos que autorizava a prisão e morte dos considerados antirrevolucionários. Nessa mesma altura, as igrejas eram encerradas e os religiosos obrigados a deixar seus conventos. Aqueles que recusaram jurar a Constituição Civil do Clero eram executados. Além da guilhotina, os suspeitos eram afogados no rio Loire.

A ditadura jacobina introduziu novidades na Constituição como:

- voto universal e não censitário;
- fim da escravidão nas colônias;
- congelamento de preços de produtos básicos como o trigo;
- instituição do Tribunal Revolucionário para julgar os inimigos da Revolução.
- As execuções tornaram-se um espetáculo popular, pois aconteciam diversas vezes ao dia num ato público. Para os ditadores era uma forma justa de acabar com os inimigos, porém essa atitude causava medo na população que se voltou contra Robespierre e o acusou de tirania.

Nessa sequência, após ser detido, Robespierre foi executado e este fato ficou conhecido como “Golpe do 9 Termidor”, em 1794.

3ª fase: Diretório (1794-1799)

A fase do Diretório dura cinco anos e se caracteriza pela ascensão da alta burguesia, os girondinos, ao poder. Recebe este nome, pois eram cinco diretores que governavam a França.

Inimigos dos jacobinos, seu primeiro ato é revogar todas as medidas que eles haviam feito durante sua legislação. No entanto, a situação era delicada. Os girondinos atraíram a antipatia da população ao anular o congelamento de preços.

Vários países, como a Inglaterra e o Império Austríaco, ameaçavam invadir a França a fim de conter os ideais revolucionários. Por fim, a própria nobreza e a família real no exílio buscavam organizar-se para restaurar o trono.

Diante desta situação, o Diretório recorre ao Exército, na figura do jovem general Napoleão Bonaparte para conter os ânimos dos inimigos.

Desta maneira, Bonaparte dá um golpe - o 18 Brumário - onde instaura o Consulado, um governo mais centralizado que traria paz ao país por alguns anos.

Iluminismo

O iluminismo se propagou entre os burgueses e propulsionou o início da Revolução Francesa.

Este movimento intelectual fazia duras críticas às práticas econômicas mercantilistas, ao absolutismo, e aos direitos concedidos ao clero e à nobreza.

Seus autores mais conhecidos foram Voltaire, Montesquieu, Rousseau, Diderot e Adam Smith.

Crise econômica e política

A crítica situação econômica, às vésperas da revolução de 1789, exigia reformas, mas gerava uma crise política. Esta se agravou quando os ministros sugeriram que a nobreza e o clero deveriam pagar impostos.

Pressionado pela situação, o rei Luís XVI convoca os Estados Gerais, uma assembléia formada pelos três estamentos da sociedade francesa:

- Primeiro Estado - composto pelo clero;
- Segundo Estado - formado pela nobreza;

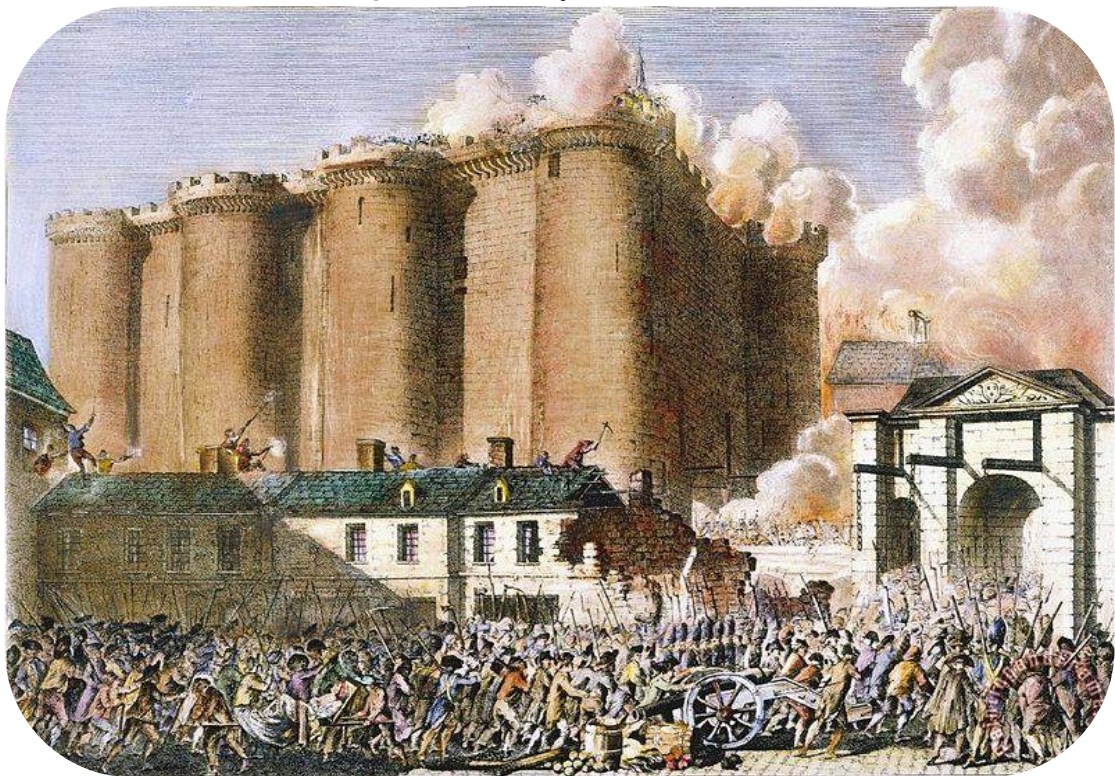
- Terceiro Estado - composto por todos aqueles que não pertenciam ao Primeiro nem ao Segundo Estado, no qual se destacava a burguesia.
- O Terceiro Estado, mais numeroso, pressionava para que as votações das leis fossem individuais e não por Estado. Somente assim, o Terceiro Estado poderia passar normas que os favorecessem.

No entanto, o Primeiro e o Segundo Estado recusaram esta proposta e as votações continuaram a ser realizadas por Estado.

Desta forma, reunidos no Palácio de Versalhes, o Terceiro Estado e parte do Primeiro Estado (baixo clero) se separam da Assembleia. Em seguida, declararam-se os legítimos representantes da nação, formando a Assembleia Nacional Constituinte e jurando permanecer reunidos até que ficasse pronta a Constituição.”

BEZERRA, Juliana. "Revolução Francesa" 2024

Imagem 3: Revolução Francesa, 1789



Fonte: (Wikimédia, 2024)

Napoleão Bonaparte

“Napoleão Bonaparte (1769-1821) foi um militar, líder político e imperador dos franceses. Instituiu o Império Napoleônico e conquistou um vasto território para a França.

A ascensão de Bonaparte ao poder foi consequência direta da crise ocorrida na França no final do século XVIII. Naquele momento havia a busca por um regime de liberdade política e igualdade de direitos.

Coube a Napoleão a tarefa de consolidar internamente e difundir externamente algumas das principais conquistas da Revolução Francesa (1789-1799).

A expansão territorial da “Era Napoleônica” teve como objetivo principal o fortalecimento do Estado francês. À medida que suas tropas conquistavam novos territórios, difundiam e estabeleciam ideias liberais características da Revolução Francesa. Isso minava o domínio de seus rivais, especialmente monarquias absolutistas e a Inglaterra, e ampliava o mercado para os produtos franceses.

Napoleão Bonaparte nasceu no dia 15 de agosto de 1769, em Ajaccio, capital da Córsega, ilha recém-adquirida pela França à República de Gênova.

Carreira militar e política

Estudou em Autun, na França, e com 10 anos seguiu para o colégio militar de Brienne. Em 1784, ingressou como bolsista na Escola Real Militar, no Campo de Marte, em Paris, onde começou sua carreira. Com 16 anos foi graduado segundo-tenente de artilharia.

Embora fosse um oficial militar, Napoleão mostrou-se simpático às ideias da Revolução Francesa em 1789. Posteriormente, entrou para o Clube Jacobino, grupo político de maior evidência no final de 1791.

Em 1794, os moderados derrubam o governo de Robespierre e assumem o controle da Revolução. Napoleão, apesar da patente de general de brigada, obtida no ano anterior na defesa de Toulon, não escapou da prisão, que durou poucos dias.

Em 1795, é nomeado comandante do Exército francês, quando derrota os revoltosos partidários da monarquia. Nessa época conhece Josefina Beauharnais, viúva de um nobre guilhotinado na Revolução e mãe de dois filhos. Casam-se no dia 9 de março de 1796.

Dois dias depois, parte para campanhas vitoriosas na Itália e Áustria, retornando a Paris aplaudido pela multidão. Em seguida, comanda a invasão francesa no Egito (1798-1799), que é tomado numa rápida campanha.

Napoleão e o Império

Por referendo, Napoleão Bonaparte se faz Imperador, coroado pelo Papa Pio VII, no dia 2 de dezembro de 1804. Torna-se Napoleão I, Imperador da França.

Estabelecido pelo Senado, em nome da República, o Império seria exercido com firmeza. Napoleão instituiu o Código Comercial e o Código Penal.

O equilíbrio interno conquistado possibilitou a Napoleão pôr em prática seu plano principal: fazer da França a maior potência do continente.

Várias vitórias se seguiram e deram ao imperador o controle de quase toda a Europa Central.

Para enfraquecer a Inglaterra, Napoleão decretou o Bloqueio Continental, forçando os países europeus a fecharem os portos ao comércio inglês.

Essa medida garantia exclusividade da indústria francesa nos mercados da Europa. Em 1807 e 1808, Bonaparte invadiu primeiro a Espanha e depois Portugal.

Com um exército que parecia imbatível, por volta de 1810, quase toda a Europa ocidental estava sob seu domínio. A grande exceção era a Inglaterra.

Nesse ano, já separado de Josefina, casa-se com a arquiduquesa Maria Luísa da Áustria, filha de Francisco II e irmã de D. Leopoldina - esposa de D. Pedro I, e primeira imperatriz do Brasil.

Com a arquiduquesa Maria Luísa teria um filho, Napoleão II, que faleceu aos 21 anos.”

Imagem 4: Napoleão Bonaparte retratado como o líder que aponta o melhor caminho para seus súditos



Fonte: (Toda Matéria, 2024)

BEZERRA, Juliana. "Napoleão Bonaparte" 2024

Imperialismo

“O imperialismo consiste numa política de expansão e o domínio territorial, cultural e econômico de uma nação sobre outras.

Nessa perspectiva, estados poderosos procuram ampliar e manter seu controle ou influência sobre povos, ou nações mais fracas.

Muitos são os exemplos de impérios que surgiram e tiveram seu fim. Destacam-se o Império Egípcio e o Império Romano, os quais figuram modelos mais antigos de Império que conhecemos.

Todavia, a concepção de imperialismo foi perpetrada por economistas alemães, franceses e ingleses somente na primeira metade do século XIX.

Portanto, apesar de falarmos de impérios desde a antiguidade, será no período em que o sistema capitalista torna-se industrialmente mais tecnológico, que notaremos a utilização de artifícios mais invasivos na busca de mercados.

Essa busca passa a abranger todo o globo, o qual, por sua vez, será manipulado por empresas multinacionais e por grandes bancos.

Esta ação mais agressiva do capitalismo teve início a partir da Segunda Revolução Industrial (1850-1950).

As inovações tecnológicas, tal como motores elétricos e à explosão, a siderurgia do aço, os barcos movidos à hélice, os sistemas ferroviários e rodoviários, o telégrafo, o telefone, o automóvel, o avião, irão permitir um avanço das forças imperialistas de um modo sem precedentes na história.

Cabe aqui também citar uma distinção entre Colonialismo e Imperialismo:

Colonialismo sugere controle político, abarcando incorporação de território e perda da soberania pela força militar.

Imperialismo se refere ao domínio exercido tanto do ponto de vista formal quanto informal, direta ou indiretamente, porém, com o mesmo resultado, que é o controle político e econômico da região.

Portanto, com o imperialismo, não há anexação do país que recebe a influência.

Ademais, o capitalismo é pacifista em essência se considerar os preceitos do Liberalismo, enquanto a política imperialista subverte aqueles valores ao mesmo tempo que é confundida com o próprio capitalismo.

Desse modo, o expansionismo se deve às estruturas remanescentes do período pré-capitalista, baseadas numa política de guerras e conquistas.

A capitalização das nações imperialistas gradativamente se amplia, assim como a "absorção" dos países dominados pelos monopólios, levando ao ciclo de colonialismo, o qual é produto da expansão do imperialismo.

Sob a égide do progresso, as nações imperialistas do período moderno lançaram-se numa corrida civilizacionista pelo mundo.

Seu domínio sobre outro país era justificado pelas correntes teóricas que pregavam o etnocentrismo, o qual afirmava a superioridade de alguns povos sobre outros. Nesse sentido, vale lembrar que os europeus se consideravam superiores a todos os outros povos. Também podemos citar aqui, o darwinismo social, que promovia a sobrevivência dos mais fortes como um fator social.

Os países imperialistas, principalmente os europeus, dominaram e exploraram os povos de quase todo o planeta. Assim, provocaram muitos conflitos como a Guerra do Ópio na China, a Revolução dos Cipaio na Índia e a Primeira e Segunda Guerra Mundial."

BEZERRA, Juliana. "Imperialismo" 2024

ATIVIDADES

1. (Prefeitura de Fortaleza – adaptado) A chamada Revolução Industrial (Grã-Bretanha, século XVIII) teve como desdobramentos:

- A) a melhoria nas condições de trabalho.
- B) o aproveitamento das máquinas manuais.
- C) a mudança nos modos de trabalho do homem.
- D) a adequação social às diversas formas de uso do tempo.
- E) Nenhuma das alternativas acima.

2. (Fuvest-SP) "O puritanismo era uma teoria quase tanto quanto uma doutrina religiosa. Por isso, mal tinham desembarcado naquela costa inóspita [...] o primeiro cuidado dos imigrantes (puritanos) foi o de se organizar em sociedade."

Essa passagem de A democracia na América, de A. de Tocqueville, diz respeito à tentativa:

- A) malograda dos puritanos franceses de fundarem no Brasil uma nova sociedade, a chamada França Antártida.
- B) malograda dos puritanos franceses de fundarem uma nova sociedade no Canadá.
- C) bem-sucedida dos puritanos ingleses de fundarem uma nova sociedade no Sul dos Estados Unidos.
- D) bem-sucedida dos puritanos ingleses de fundarem uma nova sociedade no Norte dos Estados Unidos, na chamada Nova Inglaterra.
- E) bem-sucedida dos puritanos ingleses, responsáveis pela criação de todas as colônias inglesas na América.

3. (UFSCar) A queda na produção de cereais, às vésperas da Revolução Francesa de 1789, desencadeou uma crise econômica e social, que se manifestou:

- A) na alta dos preços dos gêneros alimentícios, na redução do mercado consumidor de manufaturados e no aumento do desemprego.
- B) no aumento da exploração francesa sobre o seu império colonial, na reação da elite colonial e no início do movimento de independência.
- C) no abrandamento da exploração senhorial sobre os servos, na divisão das terras dos nobres emigrados e na suspensão dos direitos constitucionais.
- D) na decretação, pelo rei absolutista, da lei do preço máximo dos cereais, na expansão territorial francesa e nas guerras entre países europeus.
- E) na intensificação do comércio exterior francês e no aumento da exportação de tecidos para a Inglaterra, que foi compensada pela compra de vinhos ingleses.

4. (Vunesp) "Como terror entende-se (...) um tipo de regime particular, ou melhor, o instrumento de emergência a que um Governo recorre para manter-se no poder." (N. Bobbio, DICIONÁRIO DE POLÍTICA.)

O mencionado "instrumento de emergência" - o "terror" - foi aplicado em sua forma típica, na Revolução Francesa:

- A) durante a reação aristocrática de 1787-1788.
- B) por Napoleão Bonaparte, na fase do Diretório.
- C) no período da ditadura do Comitê de Salvação Pública.
- D) pelos girondinos contra os bonapartistas.
- E) por Luís XVI contra os camponeses da Vendéia.

5. (PUC-SP) As Revoluções Inglesas do século XVII e a Revolução Francesa são, muitas vezes, comparadas. Sobre tal comparação, pode-se dizer que:

- A) é pertinente, pois são exemplos de processos que resultaram em derrota do absolutismo monárquico; no entanto, há muitas diferenças entre elas, como a importante presença de questões religiosas no caso inglês e o expansionismo militar francês após o fim da revolução.
- B) é equivocada, pois, na Inglaterra, houve vitória do projeto republicano e, na França, da proposta monárquica; no entanto foram ambas iniciadas pela ação militar das tropas napoleônicas que invadiram a Inglaterra, rompendo o tradicional domínio britânico dos mares.
- C) é pertinente, pois são exemplos de revolução social proletária de inspiração marxista; no entanto os projetos populares radicais foram derrotados na Inglaterra (os “niveladores”, por exemplo) e vitoriosos na França (os “sans-culottes”).
- D) é equivocada, pois, na Inglaterra, as revoluções tiveram caráter exclusivamente religioso, e, na França, representaram a vitória definitiva da proposta republicana anticlerical; no entanto ambas foram movimentos antiabsolutistas.

PLANO DE ESTUDOS

Habilidades:

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

Unidade Temática:

- Tempo e Espaço.

Objetos de Conhecimento:

- Primeiro Reinado: crise e abdicação de D. Pedro I.
- Brasil: Período Regencial.
- Segundo Reinado no Brasil: consolidação do Império.
- Política, economia e sociedade no Segundo Reinado.
- Fim do tráfico negreiro.
- Primeiros imigrantes.
- Abolição da escravidão.
- Segundo Reinado: crise imperial e Proclamação da República.

Olá, estudante!

Neste plano de estudos iremos aprender sobre os desdobramentos do Primeiro Reinado: crise e abdicação de D. Pedro I. O Período Regencial e o Segundo Reinado no Brasil: consolidação do Império, sobre sua política, economia e sociedade no Segundo Reinado.

Também sobre o fim do tráfico negreiro, os primeiros imigrantes, a abolição

da escravatura. E a crise imperial do Segundo Reinado e a Proclamação da República.

Bons estudos!

Primeiro Reinado

O Primeiro Reinado foi o período da história do Brasil iniciado a partir da independência do país, em 1822. Essa fase estendeu-se até 1831, quando o imperador D. Pedro I abdicou o trono brasileiro em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, futuro D. Pedro II.

O Primeiro Reinado foi resultado direto do processo de independência do Brasil, que teve como ponto de partida a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro a partir de 1808. Quando isso aconteceu, uma série de transformações aconteceu no Brasil: a cidade do Rio de Janeiro cresceu e desenvolveu-se, os portos foram abertos e o comércio prosperou. Dessa forma, o Brasil deixou de ser colônia, tornando-se parte do Reino de Portugal.

Os ânimos do Brasil estavam relativamente sob controle até 1820, quando eclodiu a Revolução Liberal do Porto, em Portugal. Essa revolução foi realizada pela burguesia portuguesa, que demandava o retorno do rei português para Lisboa e a revogação das medidas que haviam sido implantadas no Brasil.

A Revolução Liberal do Porto foi muito mal recebida pelas elites econômicas do Brasil, que encararam essa revolta como uma tentativa de recolonizar o país. Assim, surgiu um movimento pela independência do Brasil, o qual considerou Pedro, filho de D. João VI, como a pessoa ideal para liderar esse processo.

Após ser pressionado pelas Cortes portuguesas (espécie de parlamento) a retornar a Portugal, Pedro percebeu que o único caminho a ser tomado era declarar a independência do Brasil. Assim, em 7 de setembro de 1822, aconteceu o grito do Ipiranga, por meio do qual o regente declarou a independência do Brasil. Pedro foi, então, coroado imperador, tornando-se D. Pedro I.

Guerras de independência

Diferentemente do que muitos acreditam, a independência do Brasil não foi pacífica. Houve províncias que permaneceram leais aos portugueses, por isso, foi necessário travar guerra a fim de garantir a unidade territorial do país. Um nome de destaque nessa luta contra os portugueses e seus aliados no Brasil foi lorde Cochrane, comandante contratado por D. Pedro I.

Entre as regiões que se rebelaram contra a independência, podemos citar as províncias do Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina. Em meados de 1823, os conflitos contra a independência do país estavam sob controle, e os apoiadores de Portugal já estavam derrotados.

Por que o Brasil tornou-se uma monarquia?

Quando o Brasil declarou a sua independência, seus realizadores optaram por instaurar a monarquia como forma de governo do país. Era um caso único na América do Sul, já que as antigas colônias espanholas nessa parte do continente tinham tornado-se repúblicas. Na América Latina, além do Brasil, só o México transformou-se, durante um curto período de tempo, em uma monarquia.

Segundo as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloísa Starling, a escolha da monarquia em vez da república aconteceu por alguns motivos:

1. Os idealizadores da nossa independência temiam que o território do Brasil fosse fragmentado caso instaurassem a república no país.
2. A elite brasileira havia sido letrada nas tradições monarquistas de Portugal.
3. Essa forma de governo evitava que transformações no status quo acontecessem.

Consolidação da independência

Após a declaração de independência, o Brasil tinha desafios imediatos a serem superados. Primeiramente, era necessário cessar a guerra travada contra as províncias rebeldes. Depois, era fundamental garantir o reconhecimento internacional e, por fim, era importante redigir uma Constituição para estruturar o país.

A princípio, as nações vizinhas relutaram em reconhecer a independência do Brasil pelo fato de o país ter tornado-se uma monarquia. Grande parte do reconhecimento da nossa independência ocorreu em virtude das ações da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Os ingleses foram responsáveis por mediar as negociações entre Brasil e Portugal. O reconhecimento da independência do Brasil pelos portugueses só ocorreu em 1825, mediante pagamento de indenização e com o compromisso firmado pelo Brasil de não incentivar a independência das colônias portuguesas na África.

Constituição de 1824

Após a independência, a nova nação precisava de uma Constituição. Para essa tarefa, era necessário formar uma Assembleia Constituinte, que deveria ser escolhida por meio de eleições. Os trabalhos da Constituinte iniciaram-se em maio de 1823 e foram marcados pelo atrito entre D. Pedro I e as elites econômicas e políticas do Brasil.

As discordâncias entre os parlamentares e D. Pedro I ocorreram em decorrência da arbitrariedade e da autoridade do imperador nas tomadas de decisões. No caso da Constituição, os parlamentares defendiam a existência de maiores liberdades individuais e a limitação do poder real. Em contrapartida, D. Pedro I queria poderes ilimitados para governar o Brasil.

Como não concordava com os termos da Constituição elaborada pelos parlamentares, D. Pedro I decidiu vetar o documento, que ficou conhecido como Constituição da Mandioca. Essa ação aconteceu em 12 de novembro de 1823 e foi acompanhada de um evento chamado Noite da Agonia. Nessa ocasião, D. Pedro I ordenou que tropas cercassem e dissolvessem a Assembleia Nacional Constituinte. Nesse dia, vários parlamentares foram presos.

Após esse episódio, uma nova Constituição começou a ser elaborada por uma comissão formada pelo imperador. Essa Constituição ficou pronta em 1824 e foi outorgada por ordem do imperador. O documento reafirmava que o Brasil seria uma monarquia e instituíu ao imperador poderes absolutos sobre a nação. Para isso, foi criado o Poder Moderador, representado exclusivamente por D. Pedro I. Foi determinada também nessa Constituição a imposição do voto censitário. Assim, só poderiam votar aqueles tivessem renda anual acima de 100 mil réis.

Como terminou o Primeiro Reinado?

Os desgastes na relação de D. Pedro I com grande parte da sociedade, em especial com certa elite política e econômica, fizeram com que o imperador renunciasse o trono em favor de seu filho, Pedro de Alcântara. Dessa forma, em 1831, o Primeiro Reinado chegou ao fim.

Entre os eventos que contribuíram para fragilizar a posição do imperador, podemos citar como os de maior destaque:

1. Dissolução da Assembleia Constituinte
2. Confederação do Equador
3. Guerra da Cisplatina
4. Noite das Garrafadas

O governo de D. Pedro I não era muito popular no Nordeste brasileiro, principalmente por causa do autoritarismo do imperador. Por isso, a região tornou-se foco de críticas ao Império. Nesse contexto, dois nomes destacaram-se: Cipriano Barata e Joaquim do Amor Divino (frei Caneca), que veiculavam suas críticas em jornais de circulação local.

O principal foco de insatisfação era a província de Pernambuco, local historicamente marcado por tensões. A insatisfação da região na década de 1820 era, em grande parte, herdada da Revolução Pernambucana, movimento separatista de viés republicano que aconteceu em 1817. Os ideais republicanos, associados com a insatisfação com o imperador, levaram a uma nova rebelião: a Confederação do Equador.

Essa revolta teve como estopim a dissolução da Assembleia Constituinte e a nomeação de um governador que não era desejado pela elite local. Na época, havia também uma forte especulação de que a região seria invadida pelos portugueses. A junção de todos esses fatores, associados à memória viva da Revolução Pernambucana, fizeram a província rebelar-se.

A Confederação do Equador iniciou-se em 2 de julho de 1824 em Recife, Pernambuco. Sob a liderança de frei Caneca e Manoel de Carvalho Paes de Andrade, o movimento logo se espalhou pelo Nordeste, alcançando o Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão. A reação do imperador foi violenta: foi ordenada uma série de execuções em Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro. Em setembro, os rebeldes já tinham sido derrotados.

A crise do Primeiro Reinado também está associada com a Guerra da Cisplatina, travada entre 1825 e 1828. Nesse conflito, o Brasil lutou pela manutenção da província Cisplatina a fim de evitar que ela fosse anexada pelas Províncias Unidas (atual Argentina). Essa guerra foi extremamente impopular no Brasil.

Tudo começou quando habitantes locais da Cisplatina iniciaram uma rebelião, declarando a separação da província do Brasil e sua vinculação com as Províncias Unidas. A reação brasileira ocorreu com a declaração de guerra contra os rebeldes e contra as Províncias Unidas. Ao longo dos três anos de conflito, o Brasil amargou uma série de derrotas, que destruiu o moral do exército e arruinou a economia do país.

O fim da guerra ocorreu com a assinatura de um acordo entre o Brasil e as Províncias Unidas. Ambas as partes concordaram em abrir mão da Cisplatina, fato que levou à queda da popularidade do imperador. Assim, em 1828, foi reconhecida a independência da República Oriental do Uruguai.

Além do autoritarismo, da violência e da economia arruinada, o jogo político também contribuiu para minar a posição do imperador. Durante o Primeiro Reinado, foram formados, gradativamente, dois blocos entre os políticos: o partido brasileiro e o partido português. Enquanto o primeiro representava a oposição ao imperador, o segundo oferecia-lhe apoio.

Esses desentendimentos entre brasileiros e portugueses fizeram com que um confronto aberto acontecesse. Esse episódio ficou conhecido como Noite das Garrafadas e durou dias nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Como resultado, D. Pedro I renunciou ao trono.

Ao deixar sua posição, o imperador ofereceu o trono ao seu filho, Pedro de Alcântara. Como o príncipe só poderia assumir o poder quando tivesse 18 anos de idade, iniciou-se no país uma fase de transição, conhecida como Período Regencial.”

SILVA, Juliana, "Primeiro Reinado", 2024

Imagem 1 : Esboço da primeira bandeira do Brasil Independente



Fonte: Wikimédia, 2024

Período Regencial (1831- 1840)

O Período Regencial (1831- 1840) foi a época em que o Brasil foi governado por regências, pois o herdeiro do trono era menor de idade.

Este período é caracterizado por momentos de grande conturbação no Brasil com várias revoltas civis.

Termina com o Golpe da Maioridade que levou ao trono D. Pedro II aos catorze anos de idade.

Características do Período Regencial

Dom Pedro I enfrentava vários problemas internos como falta de apoio das elites econômicas e externos, como a derrota na Guerra da Cisplatina.

Além disso, com a morte de Dom João VI, em Portugal, ele havia sido aclamado D. Pedro IV de Portugal.

Neste momento em que o imperador perde a sua popularidade, decide abdicar ao trono brasileiro. Nessa altura, porém, o seu herdeiro, D. Pedro II, não podia governar, pois tinha 5 anos de idade. A solução, prevista pela Constituição de 1824, era formar uma Regência até que D. Pedro II atingisse a maioridade.

Revoltas do Período Regencial

Abre-se uma época de grande disputa de poder e instabilidade política que dão origem a uma série conflitos:

- Cabanagem, na Província do Grão-Pará (1835 – 1840);
- Guerra dos Farrapos (ou Revolução Farroupilha), na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835 – 1845);
- Revolta dos Malês, Província da Bahia (1835);
- Sabinada, na Província da Bahia (1837 – 1838);
- Balaiada, na Província do Maranhão (1838 – 1841).

As Regências

O Período Regencial contou com as seguintes regências:

- Regência Trina Provisória (Abril a Julho de 1831)
- Regência Trina Permanente (1831 a 1834)
- Regência Una do Padre Feijó (1835 – 1837)
- Regência Una de Araújo Lima (1837 – 1840)

Grupos políticos do Período Regencial

Nessa altura, havia três grupos políticos defendendo cada qual uma posição distinta de governo:

- Liberais moderados (também conhecidos como ximangos): defendiam o centralismo político da monarquia constitucional;
- Liberais exaltados (apelidados de farroupilhas): defendiam a federalização do governo, com mais poderes para as províncias e o fim do Poder Moderador.

- Restauradores (ou caramurus): eram a favor do regresso de D. Pedro I. Após a morte deste, em 1834, vários membros entraram para partido dos liberais moderados.

Guarda Nacional (1831)

Em 1831 foi criada a Guarda Nacional para contrabalançar o poder que o Exército tinha no governo. Este corpo armado seria integrado por cidadãos que tivessem direito a voto ou seja, a elite brasileira. desempenharia um importante papel na política brasileira.

Ato Adicional (1834)

O Ato Adicional foi um conjunto de propostas de caráter liberal introduzidos na Constituição de 1824.

Entre essas medidas podemos destacar a criação de Assembleias Legislativas Provinciais cujo deputados teriam mandato de dois anos e os governos provinciais podiam criar impostos, contratar e demitir funcionários.

Também foi determinado que regência seria exercida por uma só pessoa e não três. O primeiro regente foi o padre Antônio Feijó.

Fim do Período Regencial

As consequências da instabilidade política são as revoltas regências ocorridas em vários pontos do Brasil como vimos acima.

Com o objetivo de acabar com a desordem e agitação, que levaria à desintegração do território brasileiro, o Partido Liberal propõe que a maioria de D. Pedro II seja antecipada.

A ideia é levada à votação na Câmara, mas não é aprovada. Desta maneira, os políticos tramam o Golpe da Maioridade, declarando D. Pedro II maior de idade aos 14 anos.

Um ano depois, D. Pedro começa a governar o Brasil e tem início o Segundo Reinado.

O Segundo Reinado (1825-1891)

O Segundo Reinado corresponde ao período de 23 de julho de 1840 a 15 de novembro de 1889, quando o Brasil esteve sob reinado de D. Pedro II (1825-1891).

Foi caracterizado como uma época de relativa paz entre as províncias brasileiras, a abolição gradual da escravidão e a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Encerra-se com o golpe republicano em 15 de novembro de 1889.

O Segundo Reinado é o momento em que o Brasil se consolida como nação.

O regime político do país era a monarquia parlamentarista, onde o Imperador escolhia o Presidente do Conselho (equivalente ao cargo de primeiro-ministro) através de uma lista com três nomes.

No plano econômico, o café adquire importância fundamental, sendo o produto mais exportado pelo Brasil. Chegam as primeiras ferrovias e barcos a vapor com o objetivo de melhorar a circulação do chamado "ouro negro".

Em meio à prosperidade cafeeira, o Brasil se encontra num dilema, pois quem trabalhava nas plantações de café eram pessoas escravizadas. Desde o governo de Dom João VI, o país havia se comprometido a abolir a escravidão. No entanto, a elite cafeeira se opunha, pois isso acarretaria perdas econômicas. A solução é terminar com o trabalho servil de forma gradual.

Será no Segundo Reinado que o Brasil se vê às voltas com o maior conflito armado da América do Sul: a Guerra do Paraguai.

Por fim, sem apoio das elites rurais e do exército, a monarquia é derrubada através de um golpe militar. A Família Imperial é obrigada a deixar o país e se instala a república.

Política no Segundo Reinado

O Segundo Reinado começa, em 1840, com o Golpe da Maioridade.

Durante o período regencial, o Brasil viveu uma série de guerras civis. Com isso, o Partido Liberal propõe a antecipação da maioridade do herdeiro do trono, Dom Pedro. Parte dos políticos entendiam que a falta de um governo central era um perigo para a unidade do país.

A política do Segundo Reinado é marcada pela presença de dois partidos políticos:

- O Partido Liberal, cujos membros eram conhecidos como os "luzia";
- O Partido Conservador, cujos membros eram conhecidos como os "saquarema".

A rigor, ambos os partidos defendiam as ideias de elite, como a manutenção da escravidão. Somente se diferenciavam em relação ao poder central, com os liberais lutando por mais autonomia provincial e os conservadores por

mais centralização.

Por causa da abdicação do seu pai, D. Pedro II sentiu a necessidade de mudar a forma de governo. Por isso, em 1847, implanta o parlamentarismo no Brasil.

Aqui, o sistema funcionava um pouco diferente daquele praticado na Inglaterra. Ali, o primeiro-ministro era o deputado do partido mais votado.

Já no Brasil, o Presidente de Conselho (primeiro-ministro) era escolhido, pelo Imperador, a partir de uma lista com três nomes. Este sistema ficou conhecido como parlamentarismo às avessas.

O imperador também detinha o Poder Moderador, mas este foi usado poucas vezes pelo soberano.

Comparado ao período regencial (1831-1840), não houve muitos conflitos internos durante o Segundo Reinado. No entanto, podemos citar algumas revoltas como:

- a Revolução Praieira, de 1848-1850, em Pernambuco,
- a Revolta dos Muckers, no Rio Grande do Sul, em 1873-1874
- a Revolta dos Quebra-Quilos, na região nordeste, em 1872-1877.

A Proclamação da República

"A Proclamação da República foi o evento histórico que instaurou uma república no Brasil em 15 de novembro de 1889. Foi resultado de uma articulação entre militares e civis insatisfeitos com a monarquia.

Havia insatisfação entre os militares com salários e com a carreira, além de eles exigirem o direito de manifestar suas posições políticas (algo que tinha sido proibido pela monarquia). Havia também descontentamento entre elites emergentes com a sub-representação na política da monarquia.

Grupos na sociedade começavam a exigir maior participação pela via eleitoral. A questão abolicionista também somou forças ao movimento republicano. Esses grupos se uniram em um golpe que derrubou a monarquia e expulsou a família real do Brasil.

Antecedentes históricos da Proclamação da República

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, foi o resultado de um longo processo de crise da monarquia no Brasil. O regime monárquico começou a entrar em decadência logo após o fim da Guerra do Paraguai,

em 1870, o que resultou da incapacidade da monarquia em atender aos interesses e demandas da sociedade brasileira.

Uma série de novos atores e novas ideias políticas surgiu e ganhou força por meio do movimento republicano, estruturado oficialmente a partir de 1870, quando foi lançado o Manifesto Republicano. Ao redor das ideias republicanas, formou-se um grupo consistente que organizou um golpe contra a monarquia em 1889.

Disputas políticas e a consolidação do Exército como uma instituição profissional foram dois fatores de peso na crise. A exigência pela modernização do país fez com que muitos civis e militares enxergassem na república a solução para o país, uma vez que a monarquia começou a ser considerada incapaz para as demandas existentes.

Principais causas da Proclamação da República

Militares

A insatisfação dos militares estava diretamente relacionada com a profissionalização da corporação. Depois disso, eles começaram a exigir melhorias em sua carreira como reconhecimento aos serviços prestados no Paraguai. As principais exigências eram melhorias salariais e no sistema de promoção.

Outra forte insatisfação teve relação com o envolvimento do Exército Brasileiro com a política. Os militares entendiam-se como tutores do Estado brasileiro e, por isso, queriam ter o direito de manifestar suas opiniões políticas publicamente. Um caso simbólico aconteceu em 1884, quando o oficial Sena Madureira foi punido por mostrar apoio aos abolicionistas do Ceará.

A monarquia também procurou censurar os militares, proibindo que eles manifestassem suas opiniões em jornais e nas corporações militares. Havia também exigências entre os militares para que o Brasil se convertesse em um país laico. Internamente, as insatisfações militares se reuniram ao redor da ideologia positivista.

Com base no positivismo, os militares passaram a reivindicar que a modernização do Brasil se daria por meio de um governo republicano ditatorial. Assim, eles acreditavam que era necessário escolher um governante que conduzisse o país no caminho da modernização e, se necessário, esse governante poderia se afastar das vontades populares.

Política e sociedade

A política no Segundo Reinado sempre foi complicada, sobretudo pela briga ferrenha entre conservadores e liberais. Essa situação se agravou com a crise de sub-representação de algumas províncias. Na segunda metade do século XIX, o eixo econômico do país tinha consolidado sua mudança do Nordeste para o Sudeste.

A província de São Paulo já havia se colocado como o grande centro econômico do Brasil, mas as elites paulistas se incomodavam com o fato de sua representação na política ser pequena. Outras províncias economicamente decadentes, como o Rio de Janeiro e a Bahia, gozavam de grande representatividade política.

Essa situação indisponha as elites dessa província com a monarquia, e isso nos ajuda a entender, por exemplo, por que a província de São Paulo teve o maior partido republicano do Segundo Reinado, o Partido Republicano Paulista (PRP).

Havia também sub-representação da sociedade no sistema político. As cidades cresciam e novos grupos sociais se estabeleciam. Esses grupos emergentes demandavam maior participação na política brasileira, e o caminho tomado foi o inverso. Os liberais defendiam ampliação do voto para enfraquecer os conservadores e os grandes fazendeiros, mas os conservadores conseguiram aprovar a Lei Saraiva, em 1881.

Essa lei determinou novos critérios para quem teria direito ao voto, e, após sua aprovação, o número de eleitores no Brasil caiu de 1.114.066 pessoas para 157.296 pessoas. Isso correspondia a apenas 1,5% da população brasileira, ou seja, as demandas por participação não foram atendidas e a exclusão existente foi ampliada.

Essas novas elites passaram a ocupar os espaços políticos de outras formas e manifestavam suas opiniões por meio de jornais, associações e manifestações públicas em defesa de causas como o Estado laico. Essa insatisfação com os problemas da monarquia, obviamente, reforçou a causa republicana no país.

Em 1870, foi lançado o Manifesto Republicano, documento que criticava a centralização do poder na monarquia e exigia um modelo federalista (que desse autonomia às províncias) no Brasil. Essa manifesto também atribuiu à monarquia a responsabilidade dos problemas do país e indicava a república como a solução. O manifesto foi um norteador do movimento republicano no fim do império.

Outra causa que reforçou muito o movimento republicano foi a defesa da abolição. O abolicionismo mobilizou a sociedade brasileira na década de 1880, e grande parte dos abolicionistas defendia a república.

De forma geral, a socióloga Ângela Alonso resume que a monarquia brasileira se estruturou no seguinte tripé:

- participação política restrita;
 - escravidão (e exclusão do elemento africano); e
 - catolicismo como defensor das hierarquias sociais.
- As décadas de 1870 e 1880 vieram justamente questionar esse tripé, pois havia demandas por maior participação social, o abolicionismo exigia a inserção do negro na sociedade, e o laicismo procurou estabelecer uma sociedade laica.

Como ocorreu a Proclamação da República?

Havia então insatisfações com a monarquia em diferentes camadas da nossa sociedade. Elites emergentes, militares, políticos, classes populares e escravizados eram grupos com críticas à monarquia. Todas essas insatisfações, em algum momento na década de 1880, tornaram-se uma conspiração.

Ao longo dessa década, as manifestações públicas começaram a se tornar comuns, e críticas ao imperador cresciam. Um atentado contra o carro do imperador, em julho de 1889, motivou o império a proibir manifestações públicas em defesa da república, mas o Brasil estava em um caminho sem volta, pois o grupo de insatisfeitos era muito grande.

Em novembro de 1889, a conspiração estava em curso e contava com nomes como Aristides Lobo, Benjamin Constant, Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa, Sólon Ribeiro, entre outros. O que faltava para os conspiradores era a adesão do marechal Deodoro da Fonseca, um militar influente e primeiro presidente do Clube Militar.

Em 10 de novembro, os defensores do golpe contra a monarquia se reuniram com Deodoro para convencê-lo a tomar participação no movimento. Nos dias seguintes, os boatos de que uma conspiração estava em curso começaram a ganhar força e, no dia 14, informações falsas sobre a monarquia começaram a ser anunciadas em público, com o objetivo de arregimentar apoiadores.

O golpe contra a monarquia seguiu no dia 15, quando o marechal Deodoro da Fonseca e tropas foram até o quartel-general localizado no Campo do Santana. Foi exigida a demissão do Visconde de Ouro Preto da presidência

do gabinete ministerial. O visconde se demitiu e foi preso por ordem de Deodoro da Fonseca.

Entretanto, o marechal estava à espera de que o imperador fosse organizar um novo gabinete e, por isso, deu vivas a D. Pedro II, e então retornou para seu domicílio. A derrubada do gabinete não colocou fim nos acontecimentos do dia 15, e as negociações políticas seguiram. Republicanos decidiram realizar uma sessão extraordinária na Câmara Municipal do Rio de Janeiro para que ocorresse uma solenidade de Proclamação da República.

Quem proclamou a república?

A Proclamação da República aconteceu na Câmara, sendo anunciada pelo vereador José do Patrocínio. Houve celebração nas ruas do Rio de Janeiro, com os envolvidos na proclamação puxando vivas à república e cantando A Marselhesa (canção revolucionária propagada durante a Revolução Francesa) nas ruas da capital.

Durante essa sucessão de acontecimentos, foi organizada uma tentativa de resistência sob a liderança de André Rebouças e Conde d'Eu, marido da princesa Isabel, mas o intento fracassou. D. Pedro II permaneceu crente de que a situação seria facilmente resolvida, mas não foi assim que aconteceu.

Um governo provisório foi formado, o marechal Deodoro da Fonseca foi nomeado como presidente do Brasil (o primeiro de nossa história) e outros envolvidos com o golpe assumiram pastas importantes no governo. A família real foi expulsa no dia 16 de novembro, e, no dia seguinte, seus membros embarcaram com seus bens para a cidade de Lisboa, em Portugal.

Consequências da Proclamação da República?

A Proclamação da República mudou radicalmente a história brasileira. Trocaram-se os símbolos nacionais, e novos heróis, como Tiradentes, foram estabelecidos. Além da mudança da forma de governo, o Brasil passou a ser uma nação com poder descentralizado, pois foi implantado o federalismo. Mudanças aconteceram no sistema eleitoral, pois o critério censitário foi abandonado, e foi estabelecido o sufrágio universal masculino para homens com mais de 21 anos.

O Brasil se tornou um Estado laico, e o presidencialismo tornou-se o sistema de governo. A organização da república tomou forma quando foi promulgada uma nova Constituição no ano de 1889. A década de 1890 ficou marcada como um período de disputa entre republicanos e monarquistas e deodoristas e florianistas.

Controvérsias sobre a Proclamação da República

Muitos historiadores apontam que a Proclamação da República foi um evento controverso, pois tratou-se de um golpe iniciado pelos militares e finalizado por indivíduos da sociedade civil e da elite política do Brasil contra a monarquia. Muitos historiadores ainda levantam como controvérsias desse acontecimento a dimensão da participação do marechal Deodoro da Fonseca e a participação popular no evento.

Imagem 2: Com a Proclamação da República, o marechal Deodoro da Fonseca assumiu como primeiro presidente do Brasil.



Fonte: Silva, 2024

Primeiros anos do Brasil República

Os historiadores entendem que os primeiros 10 anos da república no Brasil foram um período de acomodação do sistema político brasileiro nos moldes republicanos. Isso porque havia muita disputa entre deodoristas e florianistas, grupos políticos hegemônicos que se apoiavam em Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto respectivamente.

Além disso, houve iniciativas monarquistas de recuperar o poder, e o Brasil passou por 10 anos de grande instabilidade política e econômica. Tanto o marechal Deodoro da Fonseca como Floriano Peixoto governaram o Brasil de maneira autoritária.

Houve uma série de revoltas e conflitos nesse período, como as Revoltas da Armada, a Revolução Federalista e a Guerra de Canudos. Além disso, uma enorme crise econômica atingiu o Brasil, no que ficou conhecido como Encilhamento."

SILVA, Juliana, "Período Regencial", 2024.

O Fim do Tráfico de Escravos Africanos(1)

O Fim do Tráfico de Escravos Africanos foi motivado por razões econômicas, humanitárias e religiosas.

Ao longo do século XIX várias nações europeias proibiram o tráfico de escravos e aboliram a escravidão nas suas colônias devido a mudança de mentalidade e do modo de produção.

Com a consolidação do iluminismo e do liberalismo, as ideias que julgavam os negros africanos como seres inferiores e, portanto, passíveis de escravização foram sendo questionadas.

O negro passou a se visto como um ser incivilizado e caberia ao europeu civilizá-lo em seu próprio continente.

Os fatores que contribuíram para o sucesso do fim da escravidão foram justamente os que desencadearam o seu início.

Motivos Religiosos

A religião, especialmente a Igreja Anglicana e o protestantismo, vai cumprir um papel essencial neste processo.

Narrativas de ex-escravos sobre a condição de mercadorias humanas contribuíram para insuflar os movimentos abolicionistas na Europa.

Aos poucos, o comércio de escravos passou a ser classificado de "tráfico", "comércio infame" e "comércio de almas".

O pensamento ganhou apoio popular, atingiu a elite e a escravidão passou a ser atacada moralmente.

As igrejas e a sociedade passam a se organizar promovendo eventos e abaixo-assinados que pediam pelo fim da escravidão.

Motivos Econômicos

As nações europeias, principalmente a Inglaterra, viram no continente africano uma fonte profícua de riqueza. A manutenção do sistema de comércio de pessoas era inviável para a exploração dos recursos naturais do continente.

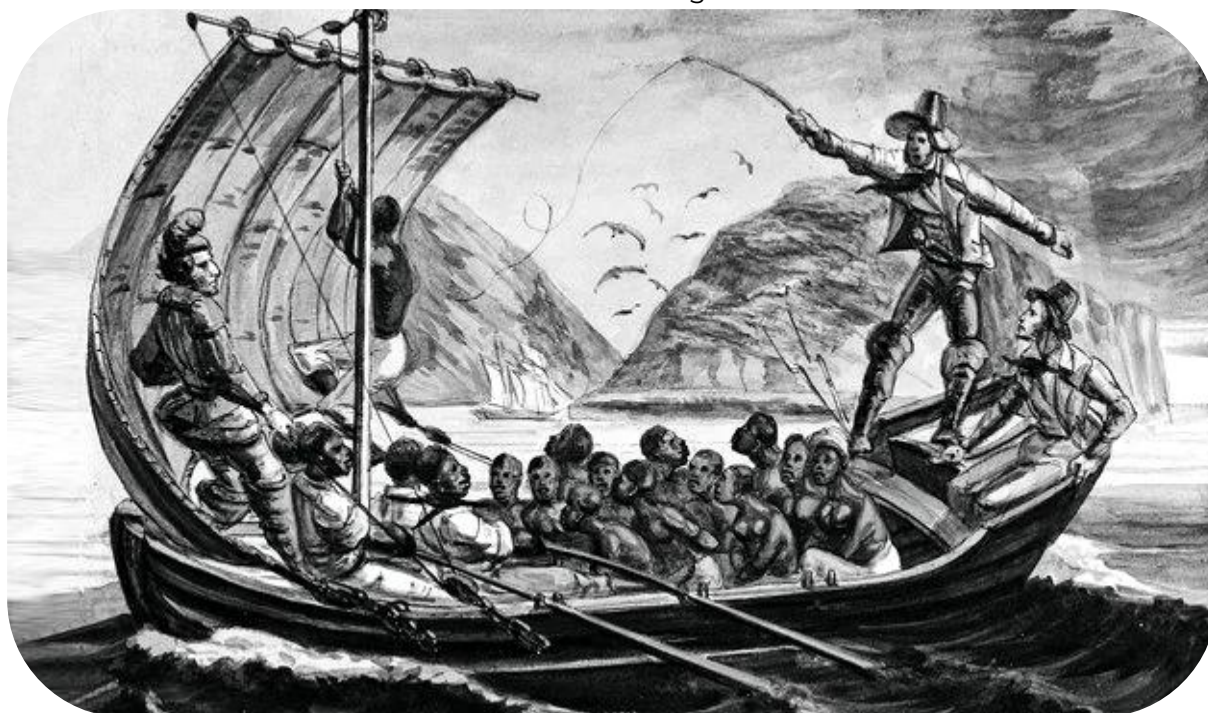
Isso ocorria porque os mercadores de escravos eram, em geral, chefes e governantes locais. Embora atuassem no comércio de pessoas, limitavam a entrada do europeu além da costa.

Assim, seria maior a vantagem para a exploração do território e a mão de obra ideal para atuar nas minas de minérios e na agricultura.

Também havia uma série de produtos naturais que serviam para a indústria nascente como a borracha, o azeite de palma e o amendoim.

Da mesma forma, o trabalho escravo tinha um custo menor que um trabalhador assalariado. Assim, aqueles que usavam mão de obra escrava ofereceriam um produto mais barato que aqueles que pagassem operários.

Imagem 3: Transporte de escravos para o Rio de Janeiro em 1840, em “Ilhas de Santana”, de Harro-Harring



Fonte: Bezerra, 2024

Combate ao Comércio

O processo de abolição da escravidão será particular em cada um dos países que o utilizavam. No entanto, praticamente todos começam por abolir o transporte de escravizados para suas colônias, para que a população de escravos não aumentasse.

Em seguida, se abolia a escravidão gradualmente, começando por emancipar os jovens, ou os ainda não-nascidos, como foi o caso da Lei do Ventre Livre no Brasil. Com isso, queria se evitar revoltas sociais e dar tempo para a transição entre o trabalho escravo para o livre.

Também o fornecimento de mão de obra escrava para trabalhar nas colônias americanas começou a sucumbir após sucessivas revoltas internas no fim do século XVIII.

Entre as mais importantes está a do Haiti, cuja independência resultou de revoltas de escravos. A colônia francesa, foi a única possessão da América americana ter sua independência inteiramente realizada por escravos.

O primeiro país a proibir o comércio de escravos às suas colônias foi a Dinamarca em 1792.

A Inglaterra proíbe o tráfico de seres humanos escravizados em 1807 no Atlântico Norte, uma medida que atingia as colônias do Caribe e o sul dos Estados Unidos.

Mais tarde, pressiona tanto Dom João VI como Dom Pedro I para abolir o comércio de escravos entre a África e o Brasil.

No entanto, a abolição da escravidão no Brasil seria lenta e gradual, com o parlamento controlando o processo a fim de não desfazer a ordem estabelecida.

Consequências

A escravidão vai deixar consequências tanto no continente africano quanto na América.

África

A escravidão na África provocou uma profunda marca no continente. Calcula-se que tenham passado pelo Atlântico até a América cerca de 12 milhões de pessoas. Estas poderiam ter servido para o seu desenvolvimento econômico e intelectual.

Com a ocupação do território africano e a posterior Partilha da África verificamos um aumento de guerras étnicas e desagregação social.

Colônias

Em todos os países que usaram mão de obra escrava podemos ver os mesmos resultados. Os afrodescendentes sofrem racismo, estão na base da sociedade, têm menor renda e mais chances de serem pobres.

Apesar de todos esse efeito perverso, os negros disperso pelo mundo traziam dentro de si sua cultura ancestral, seus costumes, sua religião e seus conhecimentos sobre a agricultura e criação de animais.

Desta maneira, misturaram sua cultura com a do colonizador e o resultado se vê na música como o samba, o tango, a salsa, o danzón cubano, o jazz, o blues, etc.

As religiões também foram reinterpretadas e deram origem ao candomblé, à santeria, ao candombe, a umbanda, etc.

A culinária foi enriquecida com sabores de legumes como o quiabo e o inhame, o uso constante do feijão e de novas formas de preparar aves e carnes.”

- (1) O termo 'escravo', por exemplo, faz referência a uma condição natural. Portanto, 'escravizado', que remete a uma situação imposta por outras pessoas, é a palavra correta a ser utilizada.

BEZERRA, Juliana, “O fim do tráfico de escravos” , 2024

ATIVIDADES

1. O Primeiro Reinado foi um período que se iniciou em 1822, com a independência do Brasil. Seu fim ocorreu em 1831, quando o imperador abriu mão do trono. Esse foi um período marcado pela pouca competência de D. Pedro I para exercer o cargo de imperador. Entre as alternativas abaixo, selecione o evento que NÃO aconteceu no Primeiro Reinado:

- A) Guerra da Cisplatina
- B) Confederação do Equador
- C) Revolução Praieira
- D) Noite da Agonia
- E) Noite das Garrafadas

2. Qual das revoltas abaixo não ocorreu no período regencial:

- A) Revolta dos Malês.
- B) Balaiada.
- C) Sabinada.
- D) Guerra do Paraguai.
- E) Cabanagem.

3. Período Regencial recebeu esse nome porque:

- A) Foi um momento da história do Brasil onde, mesmo com D. Pedro I no comando, o país estava nas mãos dos juízes.
- B) Nesse período a população tinha voz ativa nas decisões a serem tomadas.
- C) O país estava sem imperador e foi comandado por regentes, até que o filho de D. Pedro I pudesse assumir o cargo.
- D) O então imperador do Brasil, D. Pedro I, se mudou para Portugal para comandar o Brasil de lá.
- E) Nenhuma das anteriores.

4. O fim do período regencial, em 1840, aconteceu porque:

- A) Através de votos populares, a população optou pelo fim da monarquia e a instituição de um regime presidencialista.
- B) Com o Golpe da Maioridade, D. Pedro II pôde assumir o trono antes dos 18 anos.
- C) Os partidos Liberal e Conservador decidiram por alternar-se no poder, encerrando a rivalidade entre eles.
- D) D. Pedro I, que era o imperador do Brasil à época, decidiu encerrar seu reinado e passar o trono para seu filho, D. Pedro II.
- E) Nenhuma das anteriores.

5. O principal evento que marcou o início do Segundo Reinado foi:

- A) A Confederação do Equador.
- B) A Guerra do Paraguai.
- C) O Parlamentarismo às avessas.
- D) O Golpe da Maioridade.
- E) A Lei Áurea.

6. "A insatisfação dos militares com a monarquia teve relação com qual ideologia:

- A) socialismo
- B) libertarianismo
- C) positivismo
- D) anarquismo
- E) niilismo

7. O primeiro presidente do Brasil, após a Proclamação da República, foi:

- A) Floriano Peixoto
- B) Prudente de Moraes
- C) Deodoro da Fonseca
- D) Rui Barbosa
- E) José do Patrocínio

PLANO DE ESTUDOS

Habilidades:

(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.

(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

Unidade Temática:

- Territórios e Fronteiras.

Objetos de Conhecimento:

- Expansão territorial brasileira e as expedições oficiais.
- Africanos no Brasil: cultura resistência e escravidão.
- Revoltas coloniais.
- Independência e formação dos Estados latinoamericanos.
- Revolução Pernambucana (1817).
- Revoltas Provinciais: Cabanagem, Revolução da Farroupilha, Sabinada e a Balaiada.
- Segundo Reinado: Política externa.
- Estados Unidos no século XIX.

Olá, estudante!

Neste plano de estudos iremos explorar as Revoltas coloniais, a independência e formação dos Estados latinoamericanos, a Revolução Pernambucana (1817) e as Revoltas Provinciais: Cabanagem, Revolução da Farroupilha, Sabinada e a Balaiada.

Lembrando que os demais objetivos de conhecimento: Expansão territorial brasileira e as expedições oficiais; Africanos no Brasil: cultura resistência e escravidão e o Segundo Reinado: Política externa; foram abordados no Tema de Estudo: Tempo e Espaço.

Bons estudos!

Revoltas coloniais no Brasil

“Durante o período de dominação colonial portuguesa inúmeras revoltas ocorreram no território brasileiro. Essas rebeliões demonstraram uma série de descontentamentos dos colonos em relação a Portugal.

As principais revoltas coloniais foram: Revolta de Beckman (1684), Guerra dos Emboabas (1707 - 1709), Guerra dos Mascates (1710 - 1711), Revolta de Vila Rica (1720), Inconfidência Mineira (1789) e Conjuração Baiana (1798).

Principais revoltas nativistas

Revolta dos Beckman (1684)

Ocorrida na Capitania do Maranhão, foi causada pelo descontentamento dos colonos com os preços praticados pela Companhia de Comércio do Maranhão, órgão que detinha o monopólio comercial da região, e pela restrição à escravização dos indígenas, imposta pelos jesuítas.

Os revoltosos tomaram a cidade de São Luís e seus líderes (Jorge Sampaio e os irmãos Manuel e Thomas Beckman) governaram o Maranhão por cerca de um ano, até serem retirados do poder pelas tropas portuguesas. As lideranças do movimento foram condenadas à força ou à prisão.

Guerra dos Emboabas (1707 - 1709)

Disputa armada pelo controle das minas de ouro recém-descobertas entre os bandeirantes paulistas e os "emboabas", nome dado pelos paulistas aos exploradores vindos de outras regiões.

Eles também disputavam as terras, o fornecimento de alimentos e a administração das vilas. O conflito teve como resultado a derrota dos paulistas e a criação da Capitania de São Paulo e Minas Gerais.

Guerra dos Mascates (1710 - 1711)

Conflito na Capitania de Pernambuco entre a elite local de Olinda, formada por senhores de engenho em crise devido à queda do preço do açúcar, e

comerciantes de Recife, chamados pejorativamente de "mascates".

Os grupos disputavam o domínio administrativo da região. Ao fim do conflito, Recife, antes um povoado subordinado à Olinda, passou à categoria de vila e centro administrativo da capitania.

Revolta de Vila Rica (1720)

Também chamada de Revolta de Filipe dos Santos (seu principal líder), ocorreu na região de Minas Gerais, em oposição à criação das Casas de Fundição, locais onde era cobrado o quinto, imposto da Coroa sobre todo ouro extraído.

Os mineradores se revoltaram contra a medida, mas foram duramente reprimidos. Felipe dos Santos foi enforcado e esquartejado.

Revoltas separatistas

Inconfidência Mineira (1789)

A produção de ouro estava em queda devido ao esgotamento das jazidas. Porém, a Coroa Portuguesa julgava que a baixa arrecadação era decorrente de contrabando e ameaçou a cobrança da chamada derrama, imposto pago por cada indivíduo até completar a quantidade devida naquele ano.

Influenciados pelos ideais iluministas, os "inconfidentes", nome atribuído aos participantes do movimento formado em maior parte por membros da elite, se uniram para fundar uma república, cuja sede seria a vila de São João del-Rei.

A rebelião não chegou a acontecer, pois foi denunciada por alguns dos membros do próprio grupo, em troca da anulação de suas dívidas. Os demais participantes foram presos e alguns foram condenados ao desterro às colônias africanas.

A principal punição coube a Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, condenado à morte na forca e esquartejamento no Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

Conjuração Baiana (1798)

Diferentemente de outras revoltas coloniais, teve forte caráter popular. Também conhecida como Revolta dos Alfaiates, pois teve como principais líderes os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lira, além dos soldados Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas.

Foi resultante do declínio econômico da região, da difusão das ideias iluministas e influenciada pela Revolução Haitiana. Tinha como objetivos a criação de uma república livre de Portugal, o fim da escravidão, a liberdade de comércio e o aumento do pagamento dos soldados.

Suas ideias foram divulgadas por meio de cartazes espalhados pela cidade, convocando a população a se rebelar. Denunciados, os participantes foram presos e os líderes condenados à força e ao esquartejamento.

Tipos de revoltas coloniais

É comum vermos a classificação das revoltas coloniais entre **nativistas e separatistas**.

Nativistas foram as revoltas que não reivindicavam o rompimento com Portugal. Dentre as motivações, estavam o descontentamento com a cobrança de tributos pela Coroa e disputas locais. Entre as principais revoltas nativistas estão: A Revolta dos Beckman; A Guerra dos Emboabas; A Guerra dos Mascates; A Revolta de Vila Rica.

Já as **revoltas separatistas** eram as que questionavam a ordem colonial, reivindicando a separação de Portugal. Vale ressaltar que esse desejo de emancipação tinha caráter regional, não expressando um sentimento de identidade nacional, que ainda não existia no período.

As revoltas separatistas foram a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana, ambas influenciadas pelas ideias iluministas, difundidas a partir de meados do século XVIII.

O que foi o Período Colonial

O período colonial (1500-1822) é a fase da História do Brasil entre a chegada dos portugueses até a Independência do Brasil. Cabe dizer que alguns historiadores preferem a delimitação entre 1530 (ano da chegada da primeira expedição colonizadora, chefiada por Martim Afonso de Souza) e 1815 (ano da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido).

Este período é marcado pelo domínio e administração da Coroa Portuguesa (metrópole) sobre o território do Brasil (colônia).

A economia estava baseada no Pacto Colonial, conjunto de práticas características do sistema Mercantilista, que previa uma série de obrigações e restrições à colônia, para garantir o máximo de lucro à metrópole.

A política também estava subordinada aos interesses da Coroa, que detinha o poder de nomear todas as autoridades coloniais e de tomar qualquer decisão referente à dominação do território.

Contudo, esse processo não impediu o surgimento de elites locais, que possuíam seus próprios interesses, que nem sempre coincidiam com os da metrópole.

Nesse contexto, havia focos constantes de tensão que frequentemente explodiram em forma de revoltas, que se tornaram mais frequentes a partir do final do século XVII, em decorrência da diversificação da economia colonial e do aumento do controle da metrópole."

CASTRO, Ligia Lemos de . "Revoltas Coloniais"; 2024.

Revoltas Provinciais

Abre-se uma época de grande disputa de poder e instabilidade política que dão origem a uma série conflitos:

- **Cabanagem, na Província do Grão-Pará (1835 – 1840);**

A Cabanagem ou a Guerra dos Cabanos foi uma revolta popular extremamente violenta, ocorrida de 1835 a 1840, na província do Grão-Pará.

A rebelião envolveu diferentes setores da sociedade. De um lado, a elite formada por fazendeiros e comerciantes tinha por objetivo garantir o poder político da província e assegurar seus interesses, que acreditavam ameaçados desde a Independência.

Por outro lado, a população pobre se rebelara contra a violência e as condições de trabalho, que muitas vezes os submetiam a condições semelhantes à escravidão.

- **Guerra dos Farrapos (ou Revolução Farroupilha), na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835 – 1845);**

A Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha foi a mais longa rebelião do período regencial do Brasil.

Ocorreu no Rio Grande do Sul e durou dez anos, de 1835 até 1845, época que compreende a regência de Feijó e o Segundo Reinado. O termo “farrapo” se referia aos trajes maltrapilhos que o exército rebelde usava.

A revolta foi mobilizada pelos grandes proprietários de terra do Rio Grande do Sul, insatisfeitos com os altos impostos cobrados pelo governo imperial

sobre seus produtos. Por isso, constataram que a separação e a república seriam uma forma de obter liberdade comercial e política.

Os negros escravizados também foram recrutados para lutar, sob a promessa de liberdade, no caso de vitória na guerra contra o império.

A Revolução Farroupilha se encerra com o Tratado de Poncho Verde, em 1º de março de 1845.

- **Revolta dos Malês, Província da Bahia (1835);**

A Revolta dos Malês, ocorreu em Salvador, Província da Bahia, na noite de 24 de janeiro de 1835, liderada por Pacífico Licutan, Manuel Calafate e Luis Sanim.

Ela foi uma rápida rebelião organizada pelos escravos de origem islâmica (sobretudo das etnias hauçá e nagô). Eles buscavam principalmente a liberdade religiosa e o fim dos castigos físicos.

Por conta da superioridade bélica e também de uma delação realizada, as tropas imperiais conseguiram sufocar o movimento.

- **Sabinada, na Província da Bahia (1837 – 1838);**

A Sabinada foi um levante armado ocorrido na província da Bahia, entre novembro de 1837 e março de 1838, tendo como palco principal a cidade de Salvador.

O nome do movimento se deve ao seu líder, Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. Ele era um reconhecido médico e jornalista em Salvador, além de um revolucionário defensor do federalismo.

- **Balaiada, na Província do Maranhão (1838 – 1841).**

A Balaiada foi uma luta popular que sucedeu na província do Maranhão durante os anos de 1838 e 1841.

A revolta surgiu como um levante social por melhores condições de vida e contou com a participação de vaqueiros, escravos e outros desfavorecidos.

O nome dessa luta popular provém dos "balaies", nome dos cestos fabricados na região.

BEZERRA, Juliana. "Período Regencial"; 2024.

Imagem 1: A vida em uma plantação colonial de açúcar



Fonte: World History, 2024

Rebeliões Nativistas

"Durante a colonização do Brasil, muitos problemas foram se apresentando. Tais problemas abrangiam situações como a forma de concessão de terrenos para colonos e aventureiros que vinham de Portugal para aqui se estabelecer, a extração de recursos naturais, como o pau-brasil, o apresamento e o tráfico de indígenas, entre outras coisas. Essas situações acabaram promovendo as chamadas contradições da colonização. De tais contradições, as Rebeliões Nativistas acabariam por se tornar emblemáticas.

A expressão "Rebeliões Nativistas" refere-se às revoltas e tentativas de revoluções políticas que se desenrolaram em solo brasileiro entre os séculos XVII e XVIII. Essas rebeliões aconteceram nesse período especialmente porque o sistema colonial (começado efetivamente em 1530) já estava consolidado no Brasil e a Corte Portuguesa já conseguia exercer sua autoridade na maior parte do território que dominava, sobretudo naqueles que se tornaram os grandes polos de atividade econômica: a Capitania de Pernambuco e a Capitania de Minas Gerais.

Contudo, o estabelecimento pela Coroa de regras e de exigências para os colonos, como a cobrança de impostos sobre o que se produzia, chocava-se com as perspectivas dos próprios nativos, que aqui passaram a fazer suas próprias regras, inclusive, em alguns momentos, articulando-se com outros

povos europeus, como os holandeses e os espanhóis. Esse choque de perspectivas gerou situações extremas, provocando confrontos e tentativas de instituição de governos paralelos com autonomia política.

A chamada Aclamação de Amador Bueno, que ocorreu na Capitania de São Paulo, por exemplo, consistiu em uma tentativa dos bandeirantes paulistas de elegerem o fazendeiro e também bandeirante, Amador Bueno, governador da referida Capitania à revelia da Coroa. As razões para tanto vinham das restrições que a Coroa Portuguesa, após o fim da União Ibérica, passou a impor ao tráfico de índios na colônia (uma das atividades mais lucrativas para os bandeirantes) e, sobretudo à comercialização com os espanhóis por meio das fronteiras na região Sul.”

FERNANDES, 2024.

Os Estados Unidos no século XIX

"Durante o século XIX, os Estados Unidos consolidaram-se como nação independente ao fortalecer suas instituições políticas, expandir suas fronteiras e desenvolver um sentimento nacionalista. Eventos extremamente importantes aconteceram ao longo desse século e marcaram a história desse país, sobretudo a Marcha para o Oeste e a Guerra de Secessão.

Expansão territorial: a Marcha para o Oeste

Após terem sua independência reconhecida pela Inglaterra no Tratado de Paris, em 1783, os Estados Unidos garantiram o controle sobre uma extensa faixa de terras, que se estendia da região dos Montes Apalaches ao Rio Mississippi. Iniciava-se, assim, a expansão territorial dos Estados Unidos em direção à costa do Pacífico.

Esse processo de ampliação do território americano recebeu o nome de “Marcha para o Oeste” e ocorreu de duas maneiras: pela diplomacia ou compra e pela guerra. A diplomacia e a compra possibilitaram a aquisição da Luisiana (1803), Flórida (1819) e Alasca (1867). A partir da guerra, os Estados Unidos conseguiram tomar territórios do México.

A Luisiana pertencia aos franceses, mas a perda do Haiti e as dificuldades financeiras enfrentadas pela França, no início do século XIX, fizeram esse país vender a região para os Estados Unidos por 15 milhões de dólares. A Flórida foi vendida por 5 milhões de dólares pelos espanhóis em razão das dificuldades que esse país enfrentava na Europa, relacionadas com o período napoleônico. Por fim, os russos venderam o Alasca por 7,2 milhões de dólares por causa do temor de que a região fosse invadida pelos britânicos.

No entanto, não foi somente a partir da diplomacia que o território americano cresceu, pois, conforme mencionamos, a guerra também contribuiu para esse processo expansionista. Durante a Marcha para o Oeste, os americanos travaram conflitos contra os mexicanos por territórios que hoje correspondem a uma porção de estados americanos (Califórnia, Arizona, Novo México etc.).

A rivalidade entre as duas nações iniciou-se com a Revolução do Texas, em que colonos americanos, insatisfeitos com a administração mexicana do Texas, rebelaram-se e declararam a independência dessa região em 1836. O interesse dos Estados Unidos por novos territórios mexicanos (que equivaliam, principalmente, à Califórnia) e a anexação do Texas levaram as duas nações à guerra.

Conhecida como Guerra Mexicano-Americana, e ocorrida entre 1846 e 1848, essa guerra foi finalizada com a assinatura do Tratado Guadalupe-Hidalgo, que ratificava a vitória americana. Com essa vitória, os americanos assumiram a posse de um vasto território e estabeleceram as fronteiras entre os dois países no Rio Grande. O México foi indenizado em 15 milhões de dólares pelos territórios perdidos e teve uma dívida de 3,2 milhões de dólares perdoada.

A ocupação de todos esses territórios por cidadãos americanos e estrangeiros, que imigraram para os Estados Unidos nessa época, foi incentivada a partir da década de 1860, quando Abraham Lincoln assinou a Lei do Povoamento (Homestead Act). Essa lei vendia lotes de terra por preços irrisórios, desde que o comprador assumisse o compromisso de morar e plantar em sua propriedade durante cinco anos.

Durante esse processo de expansão territorial dos Estados Unidos, os grandes perdedores foram os indígenas, que, repetidas vezes, foram obrigados pelos americanos a saírem de suas terras. A Marcha para o Oeste acabou provocando a morte de milhões desses povos por causa da violência com que foram tratados e da destruição de seu modo de vida.

A violência contra os indígenas, nesse período, acabou rendendo episódios como o decreto da Lei de Remoção de Índios, de 1830, que obrigou várias nações indígenas a se mudarem da região da Geórgia e proximidades para o oeste do Rio Mississípi. Isso levou à chamada Trilha das Lágrimas, evento que causou a morte de milhares de pessoas, de diferentes nações indígenas, durante a marcha forçada para a nova reserva estabelecida pelo governo.

Esse processo de expansão para o oeste e o ataque contra mexicanos e indígenas foram justificados por uma ideologia conhecida como Destino Manifesto. Surgidos oficialmente em 1845, esses ideais afirmavam que os

Estados Unidos eram uma nação predestinada por Deus para ocupar aqueles territórios e levar a “civilização” para esses locais. Esse pensamento foi utilizado também para justificar todas as violências cometidas durante todo esse processo de expansão territorial.

Guerra de Secessão

Um dos principais eventos que marcaram a história dos Estados Unidos, ao longo do século XIX, foi a Guerra de Secessão, também conhecida como Guerra Civil Americana. Esse conflito foi iniciado em 1861, com a secessão (separação) dos estados sulistas, e encerrou-se em 1865, com a derrota dos sulistas e sua reintegração à União. Essa guerra ocasionou a morte de 600 mil pessoas.

Esse conflito foi resultado da rivalidade existente entre os estados nortistas e sulistas em relação à expansão do trabalho escravo para os territórios recém-conquistados pelos Estados Unidos. Os estados sulistas queriam expandir a escravidão para os novos territórios, enquanto os nortistas eram contrários a essa proposta.

Esse debate dividiu politicamente a nação e levou a pequenos conflitos entre colonos nortistas e sulistas em alguns locais, como o Kansas. Essa disputa alcançou o debate presidencial, e a vitória de Abraham Lincoln acabou provocando a insatisfação dos sulistas, que se separaram da nação e fundaram os Estados Confederados da América.

A separação dos sulistas foi o estopim para a guerra, o que fez as tropas da União lutarem para reintegrar os estados rebeldes ao território americano. Ao fim da guerra, os sulistas, derrotados, além de serem reintegrados à União, foram obrigados a aceitar a abolição da escravidão em todo o território dos Estados Unidos a partir da 13ª Emenda Constitucional."

SILVA, Juliana. "Imperialismo"; 2024.

ATIVIDADES

1. (Ameosc — adaptado) Os movimentos nativistas brasileiros podem ser definidos como movimentos:

- A) internacionalistas.
- B) socialistas e comunistas.
- C) em defesa dos interesses brasileiros.
- D) em defesa dos interesses indígenas e silvícolas.
- E) separatistas.

2. Em qual cidade brasileira se deu a Revolta de Beckman?

- A) Belém
- B) Natal
- C) Fortaleza
- D) Recife
- E) São Luís

3. A Guerra dos Mascates foi travada pelas elites de quais cidades brasileiras?

- A) Vila Rica e Diamantina
- B) Rio de Janeiro e Petrópolis
- C) Recife e Olinda
- D) São Luís e Belém
- E) Vila Boa e Cuiabá

4. A Aclamação de Amador Bueno aconteceu em qual cidade brasileira?

- A) Rio de Janeiro
- B) Vila Rica
- C) São Vicente
- D) São Paulo
- E) Santos

5. A Guerra dos Emboabas tem relação com qual atividade econômica praticada no Brasil durante o período colonial?

- A) Pecuária
- B) Mineração
- C) Extração das drogas do sertão
- D) Produção de açúcar
- E) Extração de pau-brasil

6. (Fuvest-2001) A incorporação de novas áreas, entre 1820 e 1850, que deu aos Estados Unidos sua atual conformação territorial, estendendo-se do Atlântico ao Pacífico, deveu-se fundamentalmente:

- A) a um avanço natural para o oeste, tendo em vista a chegada de um imenso contingente de imigrantes europeus.
- B) aos acordos com as lideranças indígenas, Sioux e Apache, tradicionalmente aliadas aos brancos.
- C) à vitória na guerra contra o México, que, derrotado, foi obrigado a ceder quase a metade de seu território.
- D) à compra de territórios da Inglaterra e Rússia, que assumiram uma posição pragmática diante do avanço norte-americano para o oeste.
- E) à compra de territórios da França e da Espanha, que estavam, naquele período, atravessando graves crises econômicas na Europa.

PLANO DE ESTUDOS

Habilidades:

(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.

(EM13CHS302) Analisar e avaliar os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuária sem diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais e o compromisso com a sustentabilidade.

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

(EM13CHS303) Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.

Unidade Temática:

- Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética.

Objetos de Conhecimento:

- Brasil: mineração.
- A exploração mineral no Brasil e seus impactos ambientais no passado e no presente. Características das sociedades açucareira e mineradora.

- Produção cultural advindas da extração do ouro no Brasil.
- Revolução Inglesa.
- Iluminismo.
- Segundo Reinado.
- Fim do tráfico negreiro.
- Primeiros imigrantes.
- Abolição da escravatura.
- A comunidade negra após a Abolição da escravidão.
- Segundo Reinado: crise imperial e Proclamação da República.
- Segunda Revolução Industrial e doutrinas sociais do século XIX.
- Imperialismo: o colonialismo do século XIX.

Olá, estudante!

Neste guia de estudos vamos estudar, Brasil: mineração. A exploração mineral no Brasil e seus impactos ambientais no passado e no presente. Características das sociedades açucareira e mineradora. Produção cultural advindas da extração do ouro no Brasil. Revolução Inglesa. Fim do tráfico negreiro. Primeiros imigrantes. Abolição da escravatura. A comunidade negra após a Abolição da escravidão.

Lembrando que os demais objetivos de conhecimento: Iluminismo; Segundo Reinado; Segunda Revolução Industrial e doutrinas sociais do século XIX. O Imperialismo: o colonialismo do século XIX, foram abordados no Tema de Estudo: Tempo e Espaço.

Bons estudos!

Imagem 1: Vista da cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica. Durante o ciclo do ouro, diversas cidades foram construídas no Brasil.



Fonte: Junior, 2024

Ciclo do ouro

"O ciclo do ouro foi o período da história brasileira em que a mineração de ouro foi a principal atividade econômica. Ocorreu no período colonial, durante quase todo o século XVIII, nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Durante o ciclo do ouro, o Brasil chegou a deter metade da produção mundial do minério. Essa riqueza fez com que muitas pessoas imigrassem de Portugal para o Brasil, aumentando drasticamente a população da colônia nesse período.

O ciclo do ouro durou apenas um século, mas modificou o Brasil, interligando diversas regiões, urbanizando o país e criando as raízes para, pouco décadas após o fim do ciclo, sua futura independência.

A procura humana pelo ouro se iniciou na Antiguidade, quando o metal era apreciado em diversas culturas por ser associado aos deuses, como entre os egípcios e incas. Na Idade Média, o metal continuou muito valorizado, e a África, sobretudo a região do Sahel, passou a ser sua grande fornecedora para a Europa e o Oriente Médio.

Na época das Grandes Navegações, os países europeus adotavam um conjunto de práticas econômicas conhecido como mercantilismo. No mercantilismo, o objetivo principal de cada nação era acumular metais preciosos, sobretudo ouro e prata.

Os espanhóis tiveram sucesso ao encontrar em seus territórios coloniais grandes civilizações que já possuíam minas de ouro, como os astecas e incas. Em 1545 os espanhóis começaram a minerar em Potosí, considerada a maior mina de prata da história.

Os portugueses não encontram, no início da colonização, grandes minas de ouro ou prata no Brasil. Até 1530, ocorreu em nosso país o primeiro ciclo econômico, o do pau-brasil. A partir de 1530, com a constante visita de ingleses e franceses à costa brasileira, Portugal iniciou a colonização do Brasil com a criação das capitanias hereditárias. Iniciou-se assim o segundo ciclo econômico do Brasil, o da cana-de-açúcar.

O ciclo da cana-de-açúcar durou mais de um século. Após serem expulsos do Nordeste do Brasil, em 1654, os holandeses passaram a cultivar a cana nas Antilhas, aumentando a produção mundial de açúcar e, conseqüentemente, reduzindo o valor dessa mercadoria. A queda do valor do açúcar no mercado mundial provocou uma grave crise no Brasil, promovendo o declínio da produção açucareira.

Com a crise na produção de açúcar, a Coroa portuguesa e os próprios colonos brasileiros passaram a buscar metais preciosos no interior do Brasil. No final do século XVII, os paulistas descobriram ouro na região de Minas Gerais e passaram a explorar a região.

Com a derrota na Guerra dos Emboabas, os paulistas foram expulsos de Minas e continuaram a descer o rio Tietê, explorando outros rios da bacia do Paraná e descobrindo novas minas de ouro em Goiás e Mato Grosso. Nesse momento, iniciou-se o ciclo do ouro.

Descoberta do ouro no Brasil colonial

Na sua famosa carta ao rei de Portugal, Pero Vaz de Caminha narra a cena em que dois indígenas convidados à caravela do capitão apontam para o seu colar de ouro e para a terra, dando a impressão para o escrivão de que eles queriam dizer que existia ouro na terra. A descrição mostra o interesse dos portugueses em encontrar ouro em suas “descobertas”. Contudo, logo Caminha percebeu que teve a impressão errada e que o indígena, na verdade, estava afirmando que gostaria de levar o colar para a terra.

Em carta enviada a Portugal em 1531, Francisco de Chaves afirmou ter ouvido que, na região de Cananeia, existiam veios de ouro. Em 1570, Heliodoro Heoboano encontrou ouro em Iguape, primeiro lugar onde o ouro foi explorado no Brasil. Entre 1630 e 1632, foi construída a primeira casa de fundição do Brasil, na cidade de Iguape.

No final do século XVI, ouro foi descoberto no planalto paulista. As principais minas se localizavam no pico do Jaraguá, ponto mais alto do município de São Paulo. Em 1604, Afonso Sardinha afirmou em testamento deixar grande quantidade de ouro “enterradas em botelhas de barro”.

Ainda hoje existem no pico do Jaraguá ruínas do sistema criado por Afonso Sardinha para extrair o minério. O ouro encontrado em São Paulo durou pouco, o que fez com que os paulistas continuassem a penetrar o interior do território em busca de novas minas.

No final do século XVII, os paulistas descobriram as primeiras minas de ouro em Minas Gerais, na região de Vila Rica e de Sabará. Essa foi a primeira vez que grandes quantidades do minério foram encontradas no país, o que fez com que uma intensa migração ocorresse para essas regiões. No início do século XVIII, os paulistas descobriram ouro no Mato Grosso e em Goiás.

Durante o ciclo do ouro, a Coroa portuguesa cobrou o imposto chamado de quinto — 20% do ouro extraído. Ao extrair o ouro, o proprietário deveria levá-lo até a casa de fundição, onde o imposto era cobrado e o ouro restante era

fundido e transformado em barra, com o selo de Portugal e um número de registro.

O ouro só podia sair de Minas Gerais quintado. Outro imposto que perdurou por um breve período foi a capitação, em que cada senhor de escravo deveria pagar um valor em ouro por cada escravizado. Esse imposto era cobrado semestralmente.

Importância do ciclo do ouro para o Brasil

A primeira grande consequência do ciclo do ouro foi a interiorização da colonização portuguesa. A descoberta do ouro provocou grande migração interna para a região, principalmente de pessoas provenientes do Nordeste, que enfrentava crise na produção de cana. Também se transferiram para as regiões mineradoras milhares de portugueses, o que fez com que o reino decretasse a proibição temporária de emigração para o Brasil.

Em 1700, a população brasileira era de aproximadamente 300 mil habitantes; em 1800, a população era de mais de três milhões, um aumento de 10 vezes em apenas um século. Grande parte desse aumento se deveu à riqueza gerada pela mineração, responsável pela origem e pelo desenvolvimento de diversas atividades econômicas, como a pecuária, a agricultura, a prestação de serviços, a construção civil, entre diversas outras.

Diversas cidades foram construídas em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso graças à mineração, e estradas foram construídas a fim de conectá-las entre si e com o litoral brasileiro.

A Estrada Real foi a principal rota de escoamento do ouro mineiro, primeiro para Paraty e depois para o Rio de Janeiro. Por essas vias eram transportados ouro, outras mercadorias e ideias, sobretudo ideias iluministas, que inspiravam os inconformes no final do ciclo do ouro.

Conflitos no período do ciclo do ouro

Guerra dos Emboabas: após descobrirem as minas na região de Vila Rica, os paulistas se estabeleceram na região, extraíndo seu ouro. A notícia de grandes jazidas de ouro chegou ao Nordeste e a Portugal, fazendo com que populações dessas regiões fossem para Vila Rica. Os paulistas chamaram esses forasteiros de “emboabas”, existindo duas versões para o significado do termo. A primeira, em tupi, traz o significado de “estrangeiro”. A segunda afirma que a palavra significa “aves de pernas emplumadas”. De qualquer forma, era um termo pejorativo pelo qual os paulistas chamavam seus adversários.

A partir de 1707, diversos conflitos passaram a ocorrer entre paulistas e emboabas. Esses embates duraram por dois anos e terminaram com a expulsão da maioria dos paulistas da região de Minas. Os paulistas continuaram sua busca pelo ouro, chegando a Mato Grosso e Goiás. Para saber mais sobre o conflito, clique aqui.

Revolta de Filipe dos Santos ou Revolta de Vila Rica: em 1719, um decreto régio determinou a construção de uma casa de fundição em Vila Rica e o aumento da fiscalização sobre a cobrança do quinto. A notícia causou indignação em parte dos habitantes da região.

Em 1720, os colonos de Vila Rica, liderados por Filipe dos Santos, tomaram a cidade, fazendo diversas exigências ao ouvidor-mor, Martinho Vieira, e ao governador da região, Conde de Assumar. Os dois afirmaram aceitar as reivindicações dos rebeldes, desarticulando o movimento. Depois, com uma tropa de cerca de 1500 soldados, os portugueses prenderam diversos rebeldes, entre eles Filipe dos Santos, condenado à morte e executado. Para saber mais sobre o conflito, clique aqui.

Inconfidência Mineira: outro movimento revoltoso ocorrido na região mineradora foi a Inconfidência Mineira, primeiro movimento que tinha por principal objetivo emancipar de Portugal uma região do Brasil. Com o declínio da produção de ouro e a consequente diminuição da cobrança do quinto, a Coroa portuguesa criou a derrama, que seria cobrada sempre que a cobrança do quinto não atingisse 100 arrobas de ouro no ano, aproximadamente uma tonelada e meia.

Em 1789 a notícia de que a derrama seria decretada em Vila Rica levou os inconfidentes a planejar a revolta. Inspirados nas ideias iluministas e na independência dos Estados Unidos, os inconfidentes planejavam proclamar a independência de Minas Gerais, transformando o território em uma república. Denunciados, os inconfidentes foram presos, diversos deles foram condenados à prisão ou ao degredo, e o alfares Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, foi condenado à morte. Para saber mais sobre essa revolta, clique aqui.

Quais as consequências do ciclo do ouro?

Mudança do centro econômico para o Sudeste: no ciclo da cana-de-açúcar, o centro dinâmico da economia brasileira estava no Nordeste, onde a maior parte da produção de açúcar ocorria. Nesse período, a capital da colônia era Salvador, na Bahia. Com a crise açucareira e ascensão da mineração em Minas Gerais e no Centro-Oeste, o eixo econômico mudou para o Su-

deste, onde a maior parte do ouro era produzida e por onde a quase totalidade dela era escoada para a Europa. Durante o ciclo do ouro, a capital do Brasil foi transferida para o Rio de Janeiro, em 1763.

Aumento demográfico: também foi outra consequência da mineração, que estimulou diversas outras atividades econômicas na colônia. Durante o ciclo do ouro, a população brasileira aumentou 10 vezes.

Aumento do território nacional: os bandeirantes, em busca do ouro e de diamantes, adentraram o território que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertencia à Espanha. Povoados portugueses foram construídos no Mato Grosso e em Goiás, áreas consideradas espanholas. Em 1750 foi assinado o Tratado de Madri, em que os espanhóis reconheceram essas regiões povoadas por portugueses como de Portugal. Após a Independência, em 1822, esse território passou a fazer parte do Brasil.

Capital de giro da Revolução Industrial: em 1703, ingleses e portugueses assinaram o Tratado de Methuen. Por esse documento, as taxas alfandegárias foram zeradas para os tecidos ingleses exportados para Portugal e para os vinhos portugueses que eram vendidos para a Inglaterra. Contudo, esse tratado foi desfavorável para Portugal, que sempre tinha balança comercial deficitária com a Inglaterra. Muitos historiadores afirmam que o ouro retirado do Brasil pelos portugueses foi parar na Inglaterra, sendo uma das fontes de recursos

JUNIOR, J. "Ciclo do ouro"; 2024.

Imagem 2: "Antiga casa de fundição de Iguape, a primeira do Brasil. Atualmente o prédio abriga o Museu Municipal de Iguape"



Fonte: Junior, 2024

A Revolução Inglesa

A Revolução Inglesa foi um conjunto de guerras civis e mudanças de regime político que ocorreram na Inglaterra, Escócia e Irlanda entre 1640 e 1688.

Estas revoluções marcaram a ascensão da burguesia e consolidaram a monarquia parlamentarista na Inglaterra.

– Revolução Puritana e Guerra Civil

Durante o reinado de Charles I houve uma disputa acirrada pelo poder entre o rei e o Parlamento.

O monarca julgava que somente o rei deveria dirigir a nação, dispensando a ajuda das câmaras parlamentares. Devido a esta briga, o rei Charles I dissolveu o Parlamento três vezes em 4 anos de reinado.

No entanto, ele tinha o desejo de unificar as igrejas da Escócia e da Inglaterra, impondo aos escoceses o Book of Common Prayer (Livro de Oração Comum). A igreja da Escócia, contudo, se rebelou contra esta ordem e o rei decide entrar em guerra contra os opositores.

Para isso, ele precisava de dinheiro, e para obtê-lo, queria aumentar os impostos. Isto, no entanto, deveria ser aprovado pelo Parlamento.

Seguiu-se, então, uma disputa sobre quem deveria ter autorização para aumentar impostos. Deveria ser o rei, que governava segundo o Direito Divino? Ou o Parlamento que representava os setores da nação?

Após muitas ameaças, o monarca e o Parlamento organizam exércitos que se enfrentam em guerra civil e culminam na derrota do rei Charles I.

Durante a Guerra Civil surgem no Parlamento vários grupos políticos como os "levellers" (niveladores) que reuniam desde pequenos proprietários a pessoas que defendiam o fim da propriedade privada.

Os "levellers" são combatidos pelos conservadores donos de grandes propriedades de terra. Mais tarde seriam chamados de "diggers" (escavadores) e defenderiam o fim da propriedade privada.

O Parlamento ganha o conflito e Charles I é preso e condenado à morte. Esta sentença abriu espaço para a primeira e única experiência republicana inglesa.

Embora tenha sido o primeiro rei inglês a ser decapitado por seus compatriotas, Charles I tentou modernizar o país. Construiu estradas, aterrou pântanos, criou um serviço postal e instituiu um serviço de ajuda à busca de trabalho.

Igualmente foi patrono das artes e da arquitetura, tentando fazer de Londres uma grande capital e trazendo pintores como Peter Rubens para decorar seus palácios.

Depois da execução do rei Charles I, Oliver Cromwell, antigo membro do Parlamento, assume o governo britânico e instaura a Commonwealth. Um dos primeiros atos de Cromwell beneficiou diretamente a burguesia que o apoiava.

Em 1650, ele promulgou os Atos de Navegação, que determinava que os produtos ingleses deveriam ser transportados somente por navios de bandeira inglesa. Isto dispensava navios de outras nacionalidades e fomentava a indústria naval interna.

No entanto, o próprio Cromwell sentia-se ameaçado pelo Parlamento e o fecha em 1653. Também manda prender e executar os chefes do Exército que ele mesmo mandara formar. Ainda consegue colocar seu filho, Richard, frente ao governo.

Sem o mesmo prestígio do pai, Richard Cromwell não consegue governar e a própria burguesia pede a volta da monarquia. Em 1660, seu filho ascende ao trono como Charles II e restaura a dinastia Stuart na Inglaterra.

Com a restauração dos Stuart, os problemas religiosos e políticos da Inglaterra não acabam.

O rei Charles II era abertamente favorável a uma política de tolerância religiosa, mas o Parlamento, dominado pelos protestantes, era contra. Igualmente, o soberano assina leis que favorecem a Igreja Anglicana em detrimento de outras correntes do protestantismo e da Igreja Católica.

A disputa entre o Parlamento e o rei se aprofundou quando se descobriu que o irmão de Charles II, Jaime, era católico.

Isto fez surgir duas vertentes políticas que existem até hoje na política britânica:

Whigs: desejavam excluir Jaime da linha de sucessão ao trono;

Tory: não queriam excluir Jaime da linha de sucessão ao trono.

Naturalmente, o rei Charles II se alinhou aos Tories desencadeando uma perseguição aos Whigs. Como não teve filhos com sua esposa e Jaime o sucederia, as sobrinhas tiveram que ser criadas como protestantes.

Revolução Gloriosa (1688)

A Revolução Gloriosa foi uma revolução sem sangue ou conflitos e que encerrou um período de revoluções na Inglaterra iniciado pela Revolução Puritana.

Para entendê-la, precisamos lembrar que religião e política estavam intimamente ligadas nesta época. A crença do indivíduo determinava a sua posição política e por isso era tão importante definir qual seria a religião do soberano e, assim, de todo o reino.

Por isso, a burguesia só via com bons olhos o fortalecimento da religião protestante, pois esta defendia a limitação do poder do monarca através do Parlamento.

Desta maneira, o católico Jaime II sempre foi visto com desconfiança. O Parlamento conspira para que o trono seja entregue a seu sobrinho Guilherme de Orange que havia se casado com sua filha e herdeira, a princesa Maria.

Sem apoios na Inglaterra, Jaime II foge para França. Por sua vez, Guilherme e Maria são recebidos como reis na Inglaterra. Em seguida é instituída a monarquia parlamentarista que limita consideravelmente o poder do soberano no governo.

BEZERRA, Juliana. "Revoluções Inglesas", 2024.

A imigração no Brasil

"A imigração no Brasil é um fenômeno caracterizado pela chegada de estrangeiros ao território nacional ao longo de toda a sua história de formação. Tendo início com os portugueses no século XVI, as correntes de imigração espontânea que chegaram ao Brasil se intensificaram a partir de meados do século XIX, entrando em declínio a partir da década de 1930 devido à imposição de medidas de restrição a esse processo. Durante esse intervalo de tempo, os grupos mais numerosos eram formados por imigrantes italianos, portugueses, alemães, japoneses e árabes.

Os fluxos mais intensos recomeçaram a partir da segunda metade do século XX, com mudanças no perfil dos imigrantes, vindos agora principalmente da América Latina, Ásia e África. Mais recentemente, o Brasil tem sido um importante destino para refugiados de diversas localidades, como Venezuela, Síria, Haiti e Afeganistão, que deixaram seus países em razão de questões como desastres naturais, conflitos e crises políticas e humanitárias.

Diversas foram as causas que motivaram os movimentos migratórios no Brasil ao longo de sua história. A principal delas foi a econômica, associada inicialmente aos diferentes ciclos produtivos que se sucederam durante o

Brasil Colônia e posteriormente no Brasil Império, com a imigração forçada de africanos para o trabalho escravizado nas lavouras e nos engenhos de açúcar. Mais tarde, também com o propósito de trabalho, dessa vez assalariado devido à proibição do tráfico de escravizados, o país recebeu grupos de imigrantes europeus.

Os conflitos internacionais e as guerras, como a Segunda Guerra Mundial e, em um período mais recente, as guerras na Síria e na Ucrânia, estão também entre os motivos pelos quais pessoas de diferentes nacionalidades buscam e buscam uma nova vida no Brasil.

Crises humanitárias, econômicas e políticas com impactos diretos para a sociedade, perseguições por motivos político-ideológicos, étnicos ou religiosos e mesmo desastres naturais, como o terremoto que devastou o Haiti em 2010, condicionaram a vinda de imigrantes ao país. Em muitos desses casos, os imigrantes são identificados como refugiados pelo fato de não terem tido escolha a não ser deixar o seu local de origem como forma de escapar de situações ameaçadoras que colocam em risco sua integridade física e de seus familiares.

É importante notar que crises econômicas, como a crise de 2008, e sanitárias, como a pandemia da covid-19, ou até mesmo outros conflitos, ocasionam um movimento denominado imigração de retorno. Esse tipo de imigração é caracterizado pela volta ao país de brasileiros que haviam se mudado para o exterior por motivos diversos.

Características da imigração no Brasil

A imigração foi de grande importância para a formação socioterritorial do Brasil. Uma das principais características desse fenômeno no país é o fato de ter transcorrido por meio de ondas ou fases suscitadas por motivos e agentes diversos, algumas vezes mediante programas de incentivo à imigração.

Desde o início do século XIX e durante todo o Brasil Império (1822-1899), o país foi um dos principais destinos de imigrantes no continente americano, tendo recebido mais de 3 milhões de pessoas nesse intervalo de tempo. Foi também nesse período que a imigração brasileira se mostrou bastante regionalizada, isto é, com grupos de imigrantes de determinada nacionalidade formando núcleos populacionais em uma mesma região, o que se reflete hoje na composição da população dessas mesmas áreas.

Mais recentemente, a imigração brasileira é caracterizada pela maior presença de pessoas vindas dos territórios vizinhos da América do Sul, além do crescente número de refugiados que se instalaram no país vindos de regiões como o Oriente Médio e o Leste Europeu.

História da imigração no Brasil

A história da imigração no Brasil começou, ainda no século XV, com a chegada dos colonizadores portugueses na costa nordeste do país. Pouco tempo depois da instalação dos europeus, teve início o processo de imigração forçada dos africanos, oriundos de diversos países do continente, e que foram retirados de suas terras para trabalharem em regime de escravidão na nova colônia portuguesa.

De acordo com o IBGE, estima-se que 4 milhões de pessoas foram trazidas à força dos países da África para o Brasil entre os séculos XVI e meados do século XIX, quando foi concebida a Lei Eusébio de Queiroz, proibindo o tráfico de escravizados para o território nacional. Apesar de ilegal, esse movimento continuou acontecendo de outras formas, e a escravidão foi abolida apenas três décadas mais tarde, em 1888.

Ao mesmo tempo em que o tráfico de escravizados era proibido, uma nova corrente migratória chegava ao Brasil, o que aconteceu como resultado de programas de incentivo à vinda de novos imigrantes, a chamada imigração subvencionada, com a atuação de agentes econômicos, em um primeiro momento, e a posterior participação do governo brasileiro. Tais programas tinham à sua frente os donos de grandes fazendas produtoras de café, principalmente, e previam o pagamento de passagens e a garantia de uma moradia e de trabalho nas lavouras.

Entre os grupos mais numerosos de imigrantes que aportaram no Brasil durante esse período, que se estendeu até a década de 1930, estavam os italianos e os japoneses, que formaram núcleos populacionais nas regiões Sudeste e Sul do país. É importante mencionar ainda, para o mesmo período, a chegada de pessoas de outras nacionalidades, como espanhóis, alemães, portugueses, sírios, libaneses e turcos.

O declínio da imigração no Brasil aconteceu a partir de 1930 via medidas restritivas à atuação da mão de obra estrangeira no país, inseridas num período da crise econômica internacional deflagrada em 1929 e da crise interna do café. A justificativa era, assim, evitar o aumento do desemprego no país. A primeira dessas leis foi a Lei dos 2/3, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, em 1930, e que previa a asseguuração de 2/3 dos postos de trabalhos nas empresas para brasileiros. Já em 1934, foi aprovada a Lei de Cotas, que determinava limites para a entrada de novos estrangeiros no Brasil.

Novos grupos de imigrantes europeus retomaram a curva crescente das entradas de estrangeiros no Brasil a partir da Segunda Guerra Mundial, o que incluiu os judeus de diversos países europeus, que fugiam das ameaças e perseguições dos nazistas no continente.

A partir da segunda metade do século XX, a imigração no Brasil foi caracterizada pela chegada de africanos de países lusófonos, em sua maioria, e também de latino-americanos oriundos de nações vizinhas da América do Sul, como Paraguai, Bolívia, Argentina e Peru. Nas últimas duas décadas, conforme veremos a seguir, muitos imigrantes adentraram no país na condição de refugiados, como foi o caso dos haitianos, dos sírios e, mais recentemente, dos afegãos."

GUIARRARA, Paloma. "Imigração no Brasil", 2024.

Como ficou a vida dos ex-escravos após a Lei Áurea?

"A abolição da escravatura, que aconteceu no Brasil em 13 de maio de 1888, foi um dos acontecimentos mais importantes de nossa história. Esse foi um assunto que atravessou o debate político no Brasil durante todo o século XIX, e a abolição só aconteceu por meio de uma campanha popular aliada à resistência dos escravos.

Com a abolição, os escravos conquistaram a sua liberdade e seus antigos donos não receberam nenhum tipo de indenização por isso. Uma pergunta muito importante que surge desse assunto é: como ficou a vida dos ex-escravos após a Lei Áurea? Assim, neste texto tentaremos trazer alguns esclarecimentos acerca das condições de vida dos libertos após o 13 de maio.

Contexto

Antes de tudo, é necessário entendermos um pouco do contexto pós-abolição. A luta pelo fim da escravidão no país foi algo que se estendeu durante todo o século XIX. Ao longo desse século, os escravos resistiram de diversas maneiras e em diversos locais do país. Seja por meio de fugas, seja por meio de revoltas, os escravos demonstraram diversas vezes a sua insatisfação.

A escravidão no Brasil era uma instituição que existia desde meados do século XVI, tendo sido introduzida pelos portugueses durante a colonização. Com a nossa Independência, essa instituição cresceu e tornou-se profundamente presente em nossa sociedade. A quantidade de escravos que entrou no Brasil via tráfico negreiro, a partir do século XIX, evidencia isso.

Três dados importantes que reforçam a presença do tráfico de escravos no Brasil são:

- Na primeira metade do século XIX, cerca de 1,5 milhão de africanos desembarcaram no Brasil;
- Entre 1831 e 1845, cerca de 470 mil africanos foram enviados para o Brasil pelo tráfico;

- Entre 1841 e 1850, 83% dos africanos enviados para a América vieram para o Brasil.

O primeiro passo para a abolição da escravidão em nosso país deu-se com a proibição do tráfico por meio da Lei Eusébio de Queirós, em 1850. Essa lei foi aprovada como forma de evitar um conflito com a Inglaterra — país que pressionava o Brasil, havia décadas, pelo fim do tráfico negreiro. Caso tenha interesse em saber mais sobre o tráfico ultramarino de escravos, acesse este texto: Tráfico negreiro.

A proibição do tráfico de escravos deu início a um lento processo que resultou na abolição da escravatura quase quatro décadas depois. O movimento abolicionista ganhou real força na sociedade brasileira a partir da década de 1870. A mobilização pelo fim da escravidão aconteceu em diferentes níveis e contou com a participação de intelectuais, classes populares e, principalmente, com o envolvimento dos próprios escravos.

Os escravos organizavam-se e preparavam fugas individuais ou em massa e, para isso, reuniam-se em quilombos que cresciam ao redor das grandes cidades. Outras vezes organizavam revoltas contra os seus senhores. A resistência africana contou com o apoio de grupos da sociedade que a abrigavam quando estava em fuga, incentivavam-na a rebelar-se, davam apoio jurídico, defendiam a causa politicamente etc.

O enfraquecimento da escravidão no Brasil, resultado do esforço do movimento abolicionista, é claramente identificado por meio da população de escravos que foi diminuindo consideravelmente ao longo do século XIX, conforme levantamento do historiador João José Reis:

1818: 1.930.000

1864: 1.715.000

1874: 1.540.829

1884: 1.240.806

1887: 723.419

No final da década de 1880, a manutenção da escravidão era praticamente inviável, pois, ao mesmo tempo que afetava a imagem internacional do Brasil (o último país da América a ainda utilizar trabalhadores escravos), afetava a ordem interna do país, já que o Império não conseguia mais controlar a situação e as fugas eram frequentes.

Assim, em 13 de maio de 1888, foi aprovada a Lei Áurea. Essa lei, primeira-

mente, foi aprovada no Senado e depois foi encaminhada para que a princesa regente, princesa Isabel, assinasse-a. A Lei Áurea garantiu a liberdade para os escravos de maneira imediata, e os donos de escravos não receberam nenhum tipo de indenização.

Com essa lei, os libertos agora estavam livres para buscarem uma vida melhor. A vida dos escravos pós-abolição não foi fácil, principalmente pelo fato de que o preconceito na sociedade era evidente e porque não houve medidas para integrá-los economicamente na sociedade. Vejamos abaixo como foi o contexto imediato da vida dos escravos após a abolição.

O dia após a abolição

No dia em que a Lei Áurea estava sendo aprovada, a expectativa popular nas ruas do Rio de Janeiro era gigantesca e as pessoas reuniram-se ao redor do Senado e do Paço Imperial. A aglomeração de pessoas contava com a realização de passeatas dos grupos abolicionistas, conforme pontuou o historiador Walter Fraga.

Após ser aprovada no Senado, a Lei Áurea foi encaminhada para a assinatura da princesa Isabel — que aconteceu no meio da tarde de 13 de maio de 1888. Assim que foi divulgada a notícia de que a abolição da escravidão havia sido decretada, a festa espalhou-se pela capital do Brasil. A comemoração do Rio de Janeiro foi tão grande que se estendeu por sete dias.

A comemoração na capital mobilizou milhares de pessoas e esse cenário repetiu-se em outras grandes cidades do Brasil, como foram os casos de Salvador e Recife. Nas duas cidades, foram realizadas comemorações de ruas que contaram com passeatas de associações abolicionistas, foguetório, desfile de bandas e o envolvimento de milhares de pessoas que festejaram por dias.

As festas em ambos os estados mesclaram-se com outras celebrações populares típicas desses locais. No caso de Salvador, a comemoração da abolição mesclou-se com celebrações do 2 de julho de 1823 (data em que a Bahia concretizou sua independência de Portugal no contexto das guerras de Independência), e no caso de Recife, as comemorações da abolição associaram-se com o 25 de março de 1884 (data que foi abolida a escravatura no Ceará).

A festa nos três locais citados contou com a adesão dos libertos e foram tão efusivas como os registros contam porque, como explica o historiador Walter Fraga, simbolizaram a vitória popular e traziam uma forte expectativa por dias melhores para os escravos e para todo o país.

Essa preocupação e esse desejo por dias melhores são muito bem representados por um registro resgatado pela historiadora Wlamyra Albuquerque. Nesse registro, um grupo de libertos de Paty do Alferes, no Rio de Janeiro, redigiu uma carta para Rui Barbosa demonstrando a preocupação com o futuro de seus filhos: “Nossos filhos jazem imersos em profundas trevas. É preciso esclarecê-los e guiá-los por meio da instrução”

O relato em questão é de 1889 e demonstra grande preocupação com o futuro dos filhos dos escravos nascidos após a Lei do Ventre Livre, de 1871, e com a falta de instrução dada a esses. Isso demonstra claramente que os ex-escravos preocupavam-se com o seu futuro e a falta de ações governamentais para promover melhores condições de vida aos libertos após 1888.

Como ficou a vida dos ex-escravos após a Lei Áurea?

A primeira grande reação dos libertos com a Lei Áurea foi, naturalmente, comemorar. À medida que a notícia espalhava-se, grandes comemorações eram realizadas e festas aconteceram tanto nas grandes cidades, como nas zonas rurais do Brasil. Uma vez passada a euforia, a nova situação levou os libertos a procurarem melhores alternativas para viver, e Walter Fraga, utilizando o cenário do Recôncavo Baiano, fala que uma das reações dos libertos foi mudarem-se de lugar.

Assim, muitos escravos acabaram abandonando as fazendas nas quais foram escravizados e mudaram-se para outras ou então foram para cidades. Essas migrações de ex-escravos aconteceram por múltiplos fatores. Os libertos mudavam-se para distanciarem-se dos locais em que foram escravizados, ou então iam para outros lugares procurar parentes e estabelecer-se juntos desses ou até mesmo procurar melhores salários, conforme descreve Walter Fraga.

Essas migrações, na maioria dos casos, eram uma ação mais realizada pelos homens jovens, por terem melhores possibilidades de estabelecerem-se em uma terra para cultivá-la. As mulheres que possuíam filhos e os idosos tinham menos possibilidades de migrar à procura de melhores condições.

A migração de ex-escravos gerou uma reação de grandes proprietários e das autoridades daquela época trazendo-lhes muita insatisfação, sobretudo porque os primeiros não aceitavam mais as condições de trabalho degradantes que existiam antes de 1888 e porque estavam sempre em busca de melhores salários. Assim, os grandes proprietários, sobretudo do interior do país, começaram a pressionar as autoridades para que elas reprimissem essa movimentação.

Com isso, os grupos de ex-escravos que migravam começaram a sofrer com

a repressão e foram sendo taxados de vadiagem e vagabundagem. Essa medida focava, sobretudo, os libertos que eram mais insubordinados e que costumavam não aceitar as condições impostas pelos grandes proprietários.

Muitas vezes também, os grandes fazendeiros e antigos donos de escravos impediam que os libertos fizessem suas mudanças. Muitos desses eram ameaçados fisicamente para que não se mudassem, e outra estratégia utilizada era a de tomar a tutoria dos filhos dos ex-escravos. Inúmeros grandes proprietários acionavam a justiça para ter a tutoria sobre os filhos dos libertos e com isso forçavam esses a permanecerem em sua propriedade. Houve, inclusive, casos de filhos de libertos que foram sequestrados.

Existiram senhores de escravos que não aceitavam pagar salários para os ex-escravos, mas havia muita resistência por parte dos libertos quanto a isso. Após a Lei Áurea, os libertos passaram a questionar as condições que lhes eram oferecidas e essa atitude passou a ser vista como insolência. A repressão mencionada anteriormente foi uma resposta dos grandes fazendeiros a isso.

Se os libertos não encontrassem condições que lhes agradassem, e se tivessem outras condições, a migração era sempre uma opção. Os pagamentos exigidos eram realizados diariamente ou semanalmente e a jornada deveria ter um limite. Aqueles que se mudavam para as cidades acabavam aprendendo diferentes ofícios, tais como o de marceneiro, charuteiro (produtor de charuto), servente, pedreiro etc. As mulheres, na maioria dos casos, assumiam posições relacionadas com o trato doméstico.

Logo após a abolição da escravatura, uma das questões mais importantes, e que foi definidora para garantir a manutenção do liberto como um indivíduo marginal e subalterno na pirâmide social, foi a questão da terra. Não foi realizada reforma agrária e, assim, a grande maioria dos 700 mil libertos, a partir de 1888, não teve acesso à terra, sendo esses forçados a sujeitarem-se aos salários baixos oferecidos pelos grandes proprietários.

A falta de acesso à educação por parte dos libertos, como mencionado em uma citação anterior, era uma preocupação para esses e foi uma questão fundamental para manter esse grupo marginalizado. Sem acesso ao estudo, esse grupo permaneceu sem oportunidades para melhorar sua vida.

Após a abolição, muitos libertos acabaram optando por retornarem ao continente africano, dada as dificuldades encontradas aqui para eles. Todas as dificuldades, porém, não foram impeditivos para fazer com que os libertos relembbrassem e comemorassem o 13 de maio como um marco da sociedade brasileira."

ATIVIDADES

1. (Fuvest) No século XVIII a produção do ouro provocou muitas transformações na colônia. Entre elas podemos destacar:

- A) a urbanização da Amazônia, o início da produção do tabaco, a introdução do trabalho livre com os imigrantes.
- B) a introdução do tráfico africano, a integração do índio, a desarticulação das relações com a Inglaterra.
- C) a industrialização de São Paulo, a produção de café no Vale do Paraíba, a expansão da criação de ovinos em Minas Gerais.
- D) a preservação da população indígena, a decadência da produção algodoeira, a introdução de operários europeus.
- E) o aumento da produção de alimentos, a integração de novas áreas por meio da pecuária e do comércio, a mudança do eixo econômico para o Sudeste.

2. (Enem - 2013) É preciso ressaltar que, de todas as capitanias brasileiras, Minas era a mais urbanizada. Não havia ali hegemonia de um ou dois grandes centros. A região era repleta de vilas e arraiais, grandes e pequenos, em cujas ruas muita gente circulava.

PAIVA, E. F. O ouro e as transformações na sociedade colonial. São Paulo: Atual, 1998.

As regiões da América portuguesa tiveram distintas lógicas de ocupação. Uma explicação para a especificidade da região descrita no texto está identificada na:

- A) apropriação cultural diante das influências externas.
- B) produção manufatureira diante do exclusivo comercial.
- C) insubordinação religiosa diante da hierarquia eclesiástica.
- D) fiscalização estatal diante das particularidades econômicas.
- E) autonomia administrativa diante das instituições metropolitanas.

3. Até hoje a Inglaterra foi uma república apenas por um pequeno momento de sua história. Quando isso aconteceu, o primeiro a liderá-la foi:

- A) Charles I.
- B) Richard Cromwell.
- C) Oliver Cromwell.
- D) Guilherme de Orange.
- E) Jaime II.

4. A Revolução Gloriosa (1688) foi assim chamada porque:

- A) Foi uma revolução que aconteceu sem que houvesse derramamento de sangue.
- B) Foi uma revolução que reforçou o poder do rei perante seus súditos.
- C) Foi uma revolução que fortaleceu a Inglaterra, colocando-a a frente de outras nações dominantes da época.
- D) Foi uma revolução que aconteceu de maneira grandiosa, com muitos mortos e feridos.
- E) Foi uma revolução onde o rei passou a controlar mais o comércio e a burguesia, reforçando sua imagem e seu poder.

5. A respeito da Revolução Puritana, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A Revolução Puritana foi um conflito ocorrido durante o reinado de Charles I. Esse movimento aconteceu muito por conta da disputa que o rei tinha com o parlamento inglês.
- B) Charles I, de ideias absolutistas, acreditava que as decisões centrais da política inglesa deveriam se basear em suas vontades. Portanto, seu intuito sempre foi diminuir os poderes do Parlamento.
- C) Durante seu reinado, o parlamento inglês foi fechado 3 vezes sob suas ordens, o que demonstrava seu apego pelos ideais absolutistas.
- D) Durante a guerra civil ocasionada pela Revolução Puritana surgiram dois grupos no Parlamento: os levellers e os diggers.
- E) A Revolução Puritana encerrou com a vitória do exército de Charles I que, após assegurar seu trono, condenou a morte Oliver Cromwell, líder do exército inimigo

6. O historiador Walter Fraga conduziu diversos estudos acerca da escravidão na região do Recôncavo Baiano (arredores de Salvador). Em partes desses estudos, ele analisou as mudanças que aconteceram na vida dos ex-escravos com a aprovação da Lei Áurea, no 13 de maio de 1888. Uma dessas análises mostram que um grande número de ex-escravos da região mudou-se para outras fazendas ou para outras cidades. Esse fluxo de ex-escravos representava

- A) o desejo dos ex-escravos de se afastarem dos locais que haviam sido escravizados.
- B) a procura por locais que lhes pagassem bons salários.
- C) a procura deles de reencontrarem-se com os parentes que haviam sido separados.
- D) a forma de manifestarem a sua nova condição de homens livres.
- E) todas as alternativas acima.

PLANO DE ESTUDOS

Habilidades:

(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.

(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.

Unidade Temática:

- Política e Trabalho.

Objetos de Conhecimento:

- Revolução Industrial.
- A independência dos Estados Unidos.
- A Revolução Francesa e Era Napoleônica.
- Conjurações Mineira, Baiana e Carioca.
- Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil (1808).
- Governo de D. João VI no Brasil.
- Primeiro Reinado: lutas internas, reconhecimento internacional da independência e a Primeira Constituição brasileira.
- Confederação do Equador (1824).
- Guerra da Cisplatina (1825).
- Segunda Revolução Industrial e doutrinas sociais do século XIX.

Olá, estudante!

Neste plano de estudos vamos estudar a Confederação do Equador (1824) e a Guerra da Cisplatina (1825).

Lembrando que os demais objetivos de conhecimento: Revolução Industrial, A independência dos Estados Unidos; A Revolução Francesa e Era Napoleônica; Conjurações Mineira, Baiana e Carioca, Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil (1808); Governo de D. João VI no Brasil; Primeiro Reinado: lutas internas, reconhecimento internacional da independência e a Primeira Constituição brasileira e a Segunda Revolução Industrial e doutrinas sociais do século XIX foram abordados nos planos de estudo acima.

Espero que este plano realmente te conduza a “desbravar” ainda mais os “mares” do conhecimento.

Bons estudos!

ATIVIDADES

Confederação do Equador

"A Confederação do Equador (1824) foi um movimento revolucionário e emancipacionista de cunho republicano e separatista entre os monarquistas e os liberais.

A Confederação do Equador ocorreu na região nordeste do país em 1824, durante o período do Primeiro Reinado, quando Dom Pedro I outorgou a Carta Magna de 1824, que culminou na elaboração da Constituição Brasileira em março de 1824.

Além disso, o monarca realizou a dissolução da Assembleia Nacional Constituinte, dispensando do cargo Manuel Carvalho Pais de Andrade, que fora eleito pela população e, colocando em seu lugar, para exercer o cargo de governador, Francisco Pais Barreto, o que reforçava a ideia que descontentava grande parte da população no tocante à distribuição de cargos públicos para figuras de origem aristocrática.

Além dessa maneira arbitrária de governar, o evento despontou uma vez que a nova constituição privilegiava em grande parte, os portugueses, com medidas centralizadoras, gerando assim, forte insatisfação da população principalmente da aristocracia rural, ou seja, dos produtores de algodão do norte do Estado, os quais estavam imbuídos pelos ideais liberais e influenciados pela Revolução Industrial.

Por outro lado, a elite agrária e os trabalhadores dos engenhos de açúcar do sul, atividade econômica que vinha sofrendo com a queda da exportação de açúcar, mesmo assim, lutava pela permanência de D. Pedro I no poder, posto que as ideias abolicionistas eram favoráveis aos seus negócios.

Diante disso, liderados por Manuel Carvalho Pais de Andrade e Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca, popularmente conhecido por Frei Caneca, a Confederação do Equador buscava a construção de um Estado independente, com capital no Recife (na época a capital do Império era o Rio de Janeiro) posto que criticavam a escravidão e a centralização do poder exaltados pelo absolutismo, conservadorismo e autoritarismo do monarca.

Assim, após a Revolução Pernambucana de 1817, o Estado de Pernambuco foi novamente palco de agitação de cunho republicano e liberal, uma vez que estavam incomodados com a presença da Corte portuguesa, instalada no país desde 1808, o que inferia muita na vida da população que já vinha sofrendo com a fome, a miséria e a seca que assolava a região.

Note que a denominação do movimento “Confederação do Equador” está relacionado ao nome que seria cunhado o novo Estado, republicano, federalista e anti-lusitano (baseado no modelo norte-americano e na Constituição da Colômbia), de modo que estava próximo da linha do Equador.

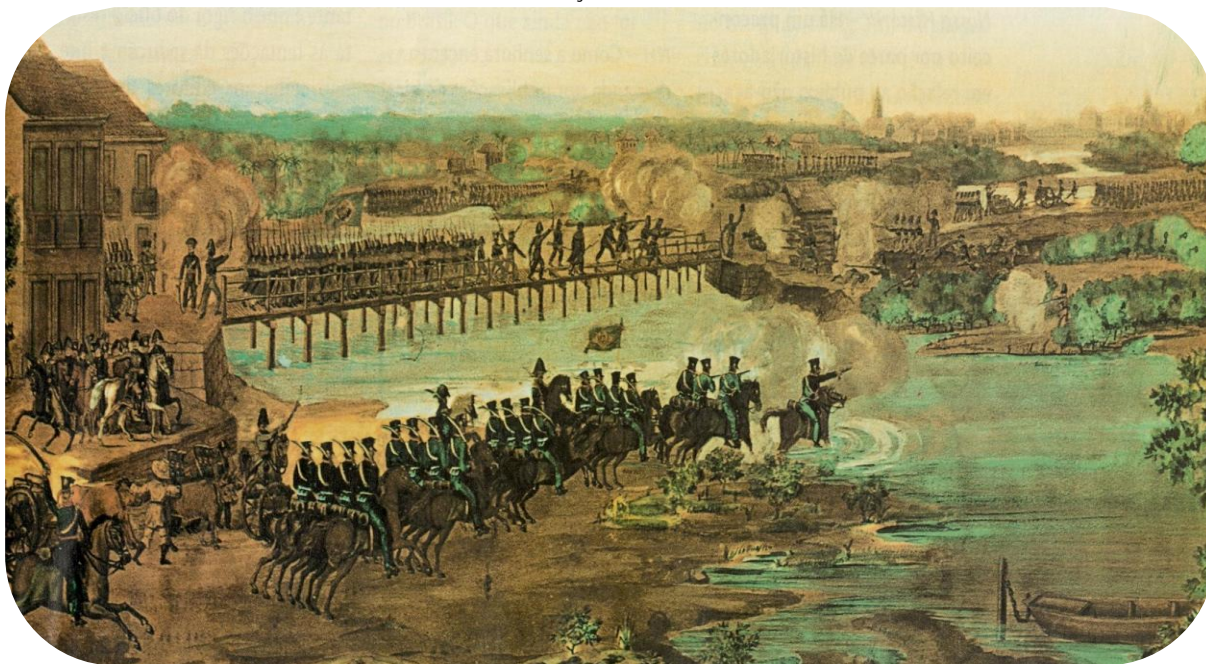
Destarte, movimentos avessos ao governo de Dom Pedro I uniram-se contra as forças imperiais, num grande movimento separatista e com o objetivo central de adquirir mais autonomia política e econômica sobre as províncias.

Inicialmente, a revolta eclodiu no estado de Pernambuco, expandindo-se para outros, tal qual o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba. O resultado final do confronto foi a execução e prisão da maioria de seus líderes, posto que fora reprimido pelas forças imperiais comandadas pelo almirante britânico Thomas Cochrane.

Por fim, o jornalista Cipriano Barata foi preso, Padre Mororó foi executado e Frei Caneca, mentor intelectual do movimento, foi fuzilado dia 13 de janeiro de 1825 no largo das Cinco Pontas, no Recife, enfraquecendo, dessa maneira, a Confederação do Equador."

BEZERRA, Juliana. "Confederação do Equador"; 2024.

Imagem 1: O Exército Imperial do Brasil, sob comando do almirante britânico Thomas Cochrane, ataca as forças confederadas no Recife.



Fonte: Wikipedia, 2024

A “Guerra da Cisplatina” ou “Guerra del Brasil”

"A “Guerra da Cisplatina” ou “Guerra del Brasil” (como é conhecida fora do Brasil) foi um confronto armado ocorrido entre 1825 a 1828, envolvendo o Império do Brasil, as Províncias Unidas do Rio da Prata e os habitantes da Província Cisplatina pelo controle regional do atual Uruguai.

Com exceção as batalhas de Sarandi (outubro de 1825) e de Passo do Rosário (janeiro de 1827), nas quais as forças imperiais foram derrotadas, a maior parte das batalhas não passaram de escaramuças sem grandes resultados.

Principais Causas e Consequências

Oficialmente, Dom Pedro I alegava que aqueles territórios pertenciam a sua mãe, Carlota Joaquina, irmã do rei Fernando VII da Espanha. Contudo, os habitantes locais contestavam esta pretensão.

Além disso, boa parte da prata andina era escoada pelo estuário do Rio da Prata, o que, para além dos interesses econômicos, seria uma solução para fortalecer autoridade do imperador Dom Pedro I. Contudo, os enormes prejuízos financeiros e a economia brasileira acabaram por enfraquecer ainda mais sua imagem.

Por fim, nem o Império do Brasil ou as Províncias Unidas do Rio da Prata ficaram com a posse da Província da Cisplatina, uma vez que este território se tornou independente no final do conflito, formando a Província Oriental del Río de la Plata, atual Uruguai.

Principais Características

De partida, vale citar a dificuldade entre as nações beligerantes em constituírem exércitos nacionais para lutarem no conflito, especialmente no caso do Brasil, tendo em vista que o governo imperial decretou o recrutamento forçado para servir no exército e contratou mercenários estrangeiros para a guerra.

As forças imperiais contavam com cerca de 10.000 homens espalhados pela Província, dos quais a maioria era recrutada localmente e não possuía preparo militar. Enquanto isso, as forças das Províncias Unidas do Rio da Prata (províncias do vice-reinado espanhol que formaram a Argentina) iniciaram as investidas com um exército de pouco mais de 800 homens, sob o comando de Juan de las Heras, governador da Província de Buenos Aires. Contudo, a população uruguaia aderiu maciçamente às Províncias Unidas, fortalecendo seu exército e equiparando-o ao exército brasileiro.

Por outro lado, a Marinha do Brasil, era muito superior. Formada por cerca de 3 mil marinheiros (1.200 mercenários ingleses, irlandeses e norte-americanos), a esquadra imperial era composta por dezoito brigue, seis fragatas, e mais de vinte e cinco embarcações menores. Já a Marinha de Buenos Aires contava com os brigue General Belgrano (14 canhões) e General Balacre (14 canhões), as corvetas 25 de Mayo (28 canhões), Independência (28 canhões) e Chacabuco (20 canhões), a fragata Buenos Aires e algumas canhoneiras.

Contexto Histórico

Este território é disputado pelas coroas de Portugal e da Espanha desde 1680, quando a Colônia do Santíssimo Sacramento foi criada. Contudo, a gênese mais imediata do conflito surge em 1816, quando Dom João VI iniciou a incorporação do território.

Por sua vez, em julho de 1821 a Província Cisplatina é anexada oficialmente ao Império. Contudo, durante o Reinado de Dom Pedro I, surge um movimento pela independência da província, culminando com a proclamação de sua soberania em abril de 1825 por Juan Antonio Lavalleja e Fructuoso Rivera, apoiados pelas elites das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Em dezembro de 1825, o governo imperial declara guerra às Províncias Unidas. No ano seguinte, Juan Antonio Lavalleja e o general Carlos Maria de Alvear, no comando do exército argentino, cruzam o Rio da Prata e iniciam a conquista do território brasileiro. Em resposta, o Império envia tropas de voluntários e mercenários para combater os cisplatinos.

Assim, enquanto as forças imperiais venciam as forças republicanas na Batalha de Monte Santiago (1827), Fructuoso Rivera tomava de assalto o Território dos Sete Povos das Missões (1828). Enquanto isso, o impasse permanecia e a Colônia do Sacramento, bem como Montevidéu, continuavam sob o domínio brasileiro. Por outro lado, a batalha naval, com o bloqueio a Buenos Aires, enfraqueceu gradualmente as forças das Províncias Unidas, apesar de suas embarcações menores serem capazes furar o bloqueio para enviar suprimentos aos uruguaios.

Por fim, em função da pressão britânica e francesa para o fim do conflito, o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata assinaram a “Convenção Preliminar de Paz” em 27 de agosto de 1828, no Rio de Janeiro, reconhecendo ainda a independência da recém criada República Oriental do Uruguai.”

BEZERRA, Juliana. "Guerra da Cisplatina"; 2024.

1. De acordo com o texto “Confederação do Equador”, responda:

A) Em qual momento histórico ocorre a “Confederação do Equador”?

B) Qual a localização geográfica do conflito?

C) Qual o resultado do confronto?

2. De acordo com o texto “A “Guerra da Cisplatina” ou “Guerra del Brasil””, responda:

A) Qual foi a principal causa da A “Guerra da Cisplatina” ou “Guerra del Brasil”?

B) Qual foi o contexto histórico do movimento?

C) Qual lado saiu vitorioso?



Se liga!



No site da SEE você encontra as mais diversas aulas sobre assuntos fundamentais para compreensão dos temas estudados. Acesse: <https://seliga.educacao.mg.gov.br/se-liga-na-educacao-2024> e confira, mais sobre a Crise do Sistema Colonial: <https://drive.google.com/file/d/10hoIMXOyCjj1NIPKoGO-66UUzXS0skcj/view>.

“Conhecimento é tudo”.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Juliana. "Confederação do Equador"; **Toda Matéria**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/confederacao-do-equador/>. Acesso em: 02 maio 2024.

BEZERRA, Juliana. "Fim do tráfico de escravos africanos"; **Toda Matéria**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/fim-do-traffic-de-escravos-africanos/>. Acesso em: 02 maio 2024.

BEZERRA, Juliana. "Guerra da Cisplatina"; **Toda Matéria**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/guerra-da-cisplatina/>. Acesso em: 02 maio 2024.

BEZERRA, Juliana. "Imperialismo"; **Toda Matéria**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/imperialismo/>. Acesso em: 02 maio 2024.

BEZERRA, Juliana. "Napoleão Bonaparte"; **Toda Matéria**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/napoleao-bonaparte/>. Acesso em: 02 maio 2024.

BEZERRA, Juliana. "Período Regencial"; **Toda Matéria**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/periodo-regencial/>. Acesso em: 02 maio 2024.

BEZERRA, Juliana. "Primeiro Reinado"; **Toda Matéria**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/primeiro-reinado/>. Acesso em: 02 maio 2024.

BEZERRA, Juliana. "Revolução Francesa (1789 - 1799)"; **Toda Matéria**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/revolucao-francesa/>. Acesso em: 02 maio 2024.

BEZERRA, Juliana. "Revoluções Inglesas"; **Toda Matéria**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/revolucoes-inglesas/>. Acesso em: 02 maio 2024.

BEZERRA, Juliana. "Segundo Reinado"; **Toda Matéria**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/segundo-reinado/>. Acesso em: 02 maio 2024.

CASTRO, Ligia Lemos de . "Revoltas Coloniais"; **Toda Matéria**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/revoltas-coloniais-no-brasil/>. Acesso em: 02 maio 2024.

ESBOÇO da primeira bandeira do Brasil independente. In: WIKIMEDIA. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Esbo%C3%A7o_da_primeira_bandeira_do_Brasil_Independente_%28Debret_-_1820%29.png. Acesso em: 02 maio 2024.

EXERCÍCIOS. **Brasil Escola**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://exercicios.brasilescola.uol.com.br/exercicios-historia-do-brasil/exercicios-sobre-as-revoltas-nativistas.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

EXERCÍCIOS. **Brasil Escola**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://exercicios.brasilecola.uol.com.br/exercicios-historia-do-brasil/exercicios-sobre-mineracao-no-brasil-colonial.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

EXERCÍCIOS. **Brasil Escola**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://exercicios.brasilecola.uol.com.br/exercicios-historia-do-brasil/exercicios-sobre-vida-dos-ex-escravos-apos-lei-aurea.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

EXERCÍCIOS. **Toda Matéria**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.toda-materia.com.br/exercicios-periodo-regencial/>. Acesso em: 02 maio 2024.

EXERCÍCIOS. **Toda Matéria**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.toda-materia.com.br/exercicios-segundo-reinado/>. Acesso em: 02 maio 2024.

EXERCÍCIOS. **Toda Matéria**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.toda-materia.com.br/exercicios-revolucoes-inglesas/>. Acesso em: 02 maio 2024.

EXERCÍCIOS. **Toda Matéria**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.toda-materia.com.br/exercicios-periodo-regencial/>. Acesso em: 02 maio 2024.

EXÉRCITO imperial do Brasil. In: WIKIPÉDIA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Confedera%C3%A7%C3%A3o_do_Ecuador. Acesso em: 02 maio 2024.

FERNANDES, Cláudio. "Rebeliões Nativistas"; **Brasil Escola**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/rebelioes-nativas.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

GUIARRARA, Paloma. "Imigração no Brasil"; **Brasil Escola**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/imigracao-no-brasil.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

HIGA, Carlos César. "Entradas e bandeiras"; **Brasil Escola**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/entradas-bandeiras.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

JUNIOR, Jair Messias Ferreira. "Ciclo do ouro"; **Brasil Escola**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/mineracao-no-brasil-colonial.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais**: educação infantil e ensino fundamental. Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, [s. l.], 2024. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_mg.pdf. Acesso em: 02 maio 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. **Plano de Curso**: ensino MÉDIO - EJA. Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, [s. l.], 2024. Disponível em: file:///C:/Users/m10104875/Downloads/EJA_1_PERIODO_EM_CI_HUMANAS_PLANO_DE_CURSO_2024_ENSINO

_MEDIO.pdf . Acesso em: 02 maio 2024.

REVOLUÇÃO Francesa. In: WIKIMEDIA. .Disponível em:https://commons.wikimedia.org/wiki/File:11-french_revolution_1789.jpg. Acesso em: 02 maio 2024.

SILVA, Daniel Neves. "Como ficou a vida dos ex-escravos após a Lei Áurea?"; **Brasil Escola**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/como-ficou-vida-dos-ex-escravos-apos-lei-aurea.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

SILVA, Daniel Neves. "Escravidão no Brasil: formas de resistência"; **Brasil Escola**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/a-resistencia-dos-escravos.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

SILVA, Daniel Neves. "Independência dos Estados Unidos"; **Brasil Escola**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/independencia-estados-unidos.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

SILVA, Daniel Neves. "Os Estados Unidos no século XIX"; **Brasil Escola**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/os-estados-unidos-no-seculo-xix.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

SILVA, Daniel Neves. "Primeiro Reinado"; **Brasil Escola**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/primeiro-reinado.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

SILVA, Daniel Neves. "Primeiro Reinado"; **Brasil Escola**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/primeiro-reinado.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

SILVA, Daniel Neves. "Proclamação da República"; **Brasil Escola**. [s. l.], 2024.. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/proclamacaodarepublica.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

SILVA, Daniel Neves. "Revolução Industrial: o que foi, resumo, fases"; **Brasil Escola**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/revolucao-industrial.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

SILVA, Daniel Neves. "Vinda da família real para o Brasil"; **Brasil Escola**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/corte-portuguesa.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

WORLD HISTORY. .Disponível em:<https://www.worldhistory.org/trans/pt/2-2226/o-impacto-da-revolucao-industrial-britanica/> . Acesso em: 02 maio 2024.

WORLD HISTORY. .Disponível em:<https://www.worldhistory.org/trans/pt/2-1795/a-vida-em-uma-plantacao-colonial-de-acucar/> . Acesso em: 02 maio 2024.